Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. ("Valid", "Controladora" ou "Companhia"), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente, a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos, codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

A Companhia e suas empresas controladas (aqui definidas como "Companhia e suas controladas") são as sociedades domiciliadas no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Argentina, México, Uruguai, Colômbia e Irlanda, conforme detalhado na Nota 2.3.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Como não existem diferenças nos patrimônios líquidos e nos resultados, entre as demonstrações financeiras da Controladora e as consolidadas preparadas de acordo com as IFRS´s e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Companhia entende que a manutenção dos contratos com os principais clientes, a captação de novos clientes, o sustentável relacionamento com os seus principais clientes para o próximo exercício e o desenvolvimento de novas soluções para atender novos clientes, permitem garantir resultados financeiros satisfatórios que auxiliam na análise financeira da Companhia. Com as ferramentas aplicadas em seu processo de gestão, baseando-se nos históricos de resultados positivos, aliados ao acesso aos recursos financeiros para liquidação de suas obrigações, a Administração entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas levando em consideração o pressuposto da continuidade das operações da Companhia, não existindo eventos ou condições que possam gerar incertezas quanto a continuidade.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para a publicação pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos valores justos alocados nas combinações de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia, que possui sua sede no Brasil, onde negocia suas ações na BM&F Bovespa, e de suas controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços está apresentada a seguir:

			% de participação			
		_	31/12	2/2017	31/12	2/2016
	Controladas	Denominação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
1.	Trust Administração e Participações Ltda.	Trust	(*)	_	(*)	-
2.	Valid Participações Ltda.	Valid Par	1ÒÓ	-	100	_
3.	Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago	е				
	Identificación S.A.	Valid Argentina	97,4	2,6	97,4	2,6
4.	Interprint Ltda.	Interprint	100	-	100	-
	4.1. Valid Certificadora Digital Ltda.4.2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de	Valid Certificadora	-	100	-	100
	Pago e Identificación S.A. 4.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de	Valid Uruguai	-	100	-	100
	Pago e Identificación S.A.de C.V.	Valid México	_	100	_	100
	4.4. Grupo Uram S.R.L.	Uram	-	51	_	51
	4.5. Inemator S.A.	Inemator	-	51	_	51
5.		momato.		•		0.
-	Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	100	-	100	-
6.	Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	100	-	100	-
	6.1. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de					
	Pago e Identificación S.A.S.	Valid Colômbia	-	100	-	100
	6.2. Valid USA, Inc.	Valid USA	-	100	-	100
	6.2.1. Valid Identity Solutions, LLC	Screencheck	-	100	-	100
	6.2.2. Valid Secure Packaging, Inc	VSP	-	100	-	100
	6.2.3. Marketing Software Company, LLC	MSC	-	100	-	100
	6.3. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S)	Valid A/S	-	100	-	100
	6.3.1. Valid Logistics Limited Mauritius.	Valid Logistics	-	100	-	100
	6.3.2. Logos Solvo Limited Mauritius	Logos Solvo	-	100	-	100
	6.3.3. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	-	100	-	100
	6.3.3.1. Logos Smart Card Denmark A/S	Logos Denmark	-	100	-	100
	6.3.3.2. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	-	100	-	100
	6.3.3.3. Valid Europe AS Denmark	Valid Europe Valid Technologies	-	100	-	100
	6.3.3.4. Valid Technologies Solutions Aps	Solutions	-	100	-	100
	6.3.3.5. Valid South Africa (Pty)Ltd	Valid South Africa	-	70	-	70
	6.3.3.6. Valid Africa Ltd	Valid Africa	-	100	-	100
	6.3.3.7. Valid Middle East FZE U.A.E.	Valid Middle East Valid Technologies	-	100	-	100
	6.3.3.8. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Índia	-	99,9	-	99.9
	6.3.3.9. Valid Asia Pte Ltd Singapore	Valid Singapore	-	100	-	100
	6.3.3.10. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	-	99	_	99
	6.3.3.11. Valid Investment Pte Singapore	Valid Investment	-	100	-	100
	6.3.3.12. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	-	51	_	51
	6.3.4. Logos Smart Card (Asia) Pte. Ltd Singapore	Logos Singapore	-	100	-	100
	6.3.5. Logos Smart Card (Mauritius) Ltd Mauritius	Logos Mauritius	-	100	-	100

^(*) Em 9 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada Trust pela Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

- Trust: empresa adquirida em setembro de 2006, com sede no estado do Paraná, Brasil, que tem como principal operação, a produção de bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel.
- 2. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades.
- 3. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários e de cartões inteligentes (Simcards) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países da América Latina, como Nicarágua, Bolívia, Paraguai e Uruguai.
- 4. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Valid México, Uram e Inemator e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México, Argentina e Uruguai, respectivamente.
 - 4.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e.
 - 4.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com *chip* e cartões inteligentes em geral.
 - 4.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral.
 - 4.4. Uram: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, atua no ramo de serviços de soluções em *software* para o mercado de telecomunicações e bancário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

- 4.5. Inemator: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário.
- 5. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um *bureau* comercial.
- 6. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (*SIM cards*) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas Valid Colômbia, Valid USA e Valid A/S e uma empresa coligada chamada CUBIC.
 - 6.1. Valid Colômbia: empresa constituída em abril de 2014, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, atua como um bureau comercial.
 - 6.2. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012, com sede na Pennsylvania, Estados Unidos da América, atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas ScreenCheck, VSP e MSC.

Controladas	Localidade	Atividade principal
Screencheck	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o <i>workflow</i> de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de secure fulfilment (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, gift cards e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de <i>marketing</i> de bancos de dados altamente efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

6.3. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S"): empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de *smart cards*, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para *SIM cards* e gerenciamento de *software* e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui 5 controladas diretas e 12 controladas indiretas (em conjunto com a Valid A/S, "Grupo Fundamenture"), conforme apresentado a seguir :

	Direta/		
Controlada	indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Dinamarca	Matriz de compras (Suply Chain).
Logos Solvo	Direta	Mauritius	Serviço de desenvolvimento de aplicações para empresas do Grupo.
Valid Holding Denmark	Direta	Dinamarca	Holding.
Logos Denmark	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em <i>software</i> .
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de SIM cards e soluções em software.
Valid Europe	Indireta	Dinamarca	Holding.
Valid Technologies Solutions	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em software.
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de <i>SIM cards</i> e soluções em <i>software</i> . Prestar serviços de gestão para Bluefish Africa.
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de SIM cards e soluções em software.
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de SIM cards e soluções em software.
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de SIM cards e soluções em software.
Valid Technologies Asia	Indireta	Singapura	Venda de SIM cards e soluções em software.
Valid Technologies Indonesia	Indireta	Indonésia	Venda de SIM cards.
Valid Investment Private Limited	Indireta	Singapura	Empresa para investimento.
Valid Card Manufacturing Taiwan	Indireta	Taiwan	Central produtiva de SIM cards.
Logos Singapore	Direta	Singapura	Venda de SIM cards e soluções em <i>software</i> . Prestar serviços de gestão de logística para Valid A/S Logistics.
Logos Mauritius	Direta	Mauritius	Venda de soluções em <i>software</i> para operadores de redes móveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, quando aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa sem a controlar.

O investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia e suas controladas no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, na proporção da participação adquirida, é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento.

A demonstração do resultado, individual e consolidada, reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

2.4. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Combinação de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confiram aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderá ser inicialmente mensurado pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia e suas controladas em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa ("UGC's") que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Ágio--Continuação

As UGC's às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.6. Moedas funcionais e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas controladas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o que dispõe o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21.

a) <u>Transações e saldos</u>

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações e atualizadas pelas taxas de câmbio da data da divulgação das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos períodos e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.6. Moedas funcionais e de apresentação--Continuação

b) Empresas da Companhia e suas controladas

Moedas funcionais da Companhia e suas principais controladas:

Controladas	Moeda funcional
Valid	Real
Valid Participações	Real
Valid Argentina	Peso Argentino
Interprint	Real
Valid Certificadora	Real
Valid Uruguai	Peso Uruguaio
Valid México	Peso Mexicano
Uram	Peso Argentino
Inemator	Peso Uruguaio
Valid Sucursal	Peso Colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid Colômbia	Peso Colombiano
Valid USA	Dólar Americano
Screencheck	Dólar Americano
VSP	Dólar Americano
MSC	Dólar Americano
Valid A/S (antigo "Grupo Fundamenture A/S") (*)	Dólar Americano

^(*) Cada uma das empresas controladas pela Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais. No entanto, a moeda funcional dólar americano é a mais representativa para a Valid A/S e suas controladas.

Os ativos e passivos das controladas com moeda funcional diferente do "Real" são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma dessas controladas, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos através de aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação.

As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes como ajustes de conversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

Venda de servicos

A receita de venda de serviços é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor dos impostos diferidos ativos é revisado na data de cada período de relatório e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.9. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhias e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) Valor justo por meio do resultado um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. São classificados nas categorias de outros passivos ao custo amortizado ou passivos ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia e suas controladas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia não possui instrumentos derivativos nos exercícios reportados.

2.10. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida ou a receber é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão divulgadas na Nota Explicativa n° 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.13. Imobilizado -- Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado.

2.14. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são incialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no CPC 04 (R1), equivalente à IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGC's individuais ou ao menor grupo de UGC's para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo ou da UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram identificadas perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.17. Arrendamento

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.18. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controdas têm uma obrigação presente (legal ou presumida) que possa ser estimada de maneira confiável como consequência de um evento passado, e seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19. Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem efeitos significativos relativos à sazonalidade em suas operações.

2.20. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.20. Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras o valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas na nota 20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.21. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

2.22. Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia possui para um determinado grupo de funcionários (executivos *seniores*), um plano de remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que estes funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

O custo de transações com estes funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.22. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio.

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes ao prêmio, mas sem uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição. Condições de não aquisição estão refletidas no valor justo do prêmio e levam ao lançamento imediato do prêmio como despesa a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis. Onde prêmios incluem um mercado ou condição de não aquisição, as operações são tratadas como investido independentemente de o mercado ou condição de não aquisição é satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços são satisfeitos.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de concessão do prêmio sem modificações, desde que estejam reunidas as condições iniciais do prêmio. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais. Se uma condição é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento restante do valor justo do prêmio é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.23. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.24. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação da Companhia, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.25. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.26. Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos são divulgados nas atividades de financiamentos.

2.27. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias.

2.28. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.28. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de vendas e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia e suas controladas atuam.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.28. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização.

f) Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação -- Continuação

2.28. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

g) Provisão para participação nos lucros

Mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

h) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

i) Provisão para reestruturação

Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis

3.1. Normas emitidas ainda não vigentes – com adoção inicial a partir de janeiro de 2017.

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa.

 Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil.

• Modificações à IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12.

As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.

3.2. Normas emitidas ainda não vigentes- com adoção inicial a partir de janeiro de 2018.

As normas e interpretações que são emitidas, mas ainda não vigentes, que impacta a Companhia, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas para a Companhia em 2018, quando a empresa passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros--Continuação

b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados a custo amortizado e a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação.

A Companhia realizou análises preliminares sobre a adoção da IFRS 9, com base nas melhores estimativas e espera uma redução no patrimônio líquido em torno de 0,5%, já líquido de efeitos fiscais.

Os impactos da transição são baseados em melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição no patrimônio líquido.

c) Contabilização de hedge

A Companhia não possuí nenhuma operação de hedge, portanto, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras primárias serão ajustados conforme necessário, tais como impostos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia realizou um levantamento interno, avaliando os seus fluxos de receita e contratos mais representativos em todos seus segmentos e regiões na qual possui maior presença de mercado para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto mais significativo para o novo padrão está no segmento de Certificação Digital. Este segmento, possui um reconhecimento de receita de serviço sob preparação de ambiente para autoridades certificadoras e serviços de manutenção destes ambientes.

O quadro a seguir sumariza os possíveis impactos na adoção do IFRS15 (CPC 47):

Em 31 de dezembro de 2017	Conforme divulgado	Adoção IFRS 15	Após adoção IFRS 9 e 15
Balanço patrimonial			
Ativo circulante	859.931	-	859.931
Ativo não circulante	1.200.247	-	1.200.247
Total do ativo	2.060.178		2.060.178
Passivo circulante	429.731	3.762	433.493
Passivo circulante Passivo não circulante	639.339	1.698	433.493 641.037
Patrimônio líquido	991.108	(5.460)	985.648
	2.060.178		2.060.178
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.000.170	<u> </u>	2.000.170
Demonstração do resultado			
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.574.885	-	1.574.885
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.220.947)	-	(1.220.947)
Despesas de vendas	(115.121)	-	(115.121)
Despesas gerais e administrativas	(88.114)	=	`(88.114)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(56.557)	-	(56.557)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(29.323)	-	(29.323)
IR/CS sobre o lucro	(36.654)	-	(36.654)
Lucro líquido do período	28.169	-	28.169

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos.

As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários — arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

3.2. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil--Continuação

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isencões.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos Equivalentes de caixa	3.217 162.588	21.522 230.969	88.343 208.514	128.237 266.540
Caixa e equivalentes de caixa	165.805	252.491	296.857	394.777
Títulos e valores mobiliários	739	323	17.454	6.165
	166.544	252.814	314.311	400.942
Total circulante Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários Total não circulante	165.805 -	252.491 -	296.857 16.715	394.777 5.842
Títulos e valores mobiliários	739	323	739	323

Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, exceto para os títulos e valores mobiliários no montante de R\$17.454 (R\$6.165 em 31 de dezembro de 2016) que somente podem ser resgatados conforme o prazo de vencimento. Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração média dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de 97,8% a.a. do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (100,3% a.a. do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes Provisão para perdas sobre créditos	137.239 (2.879)	119.683 (4.106)	376.519 (23.253)	337.099 (25.844)
Total	134.360	115.577	353.266	311.255
Total circulante Total não circulante	121.325 13.035	111.272 4.305	335.165 18.101	298.500 12.755

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldos de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, controladora e consolidado, que compreendem um valor a receber de um cliente específico da Companhia, no montante de R\$5.930 (R\$4.305 em 31 de dezembro de 2016) oriundos de renegociações feitas e o montante de R\$7.105 referente a um cliente em fase de recuperação judicial, sendo contabilizado uma provisão parcial para perda no montante de (R\$696) e saldo remanescente, a administração conclui como sendo provável o recebimento desses valores após a aprovação do plano de recuperação judicial do cliente. Além desses valores, possuía, no consolidado, R\$5.066 referente a saldos a receber da controlada indireta (Valid Certificadora), de contratos de credenciamento de autoridade de registros, com vencimento superior a um ano, trazidos a valor presente com base no IGP-M (R\$8.450 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do saldo de contas a receber, por prazo de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	80.471	70.310	201.012	194.152
Vencidos				
Até 30 dias	31.314	27.294	79.990	71.324
De 31 a 90 dias	8.946	5.171	32.440	21.266
De 91 a 120 dias	535	1.335	5.260	4.155
De 121 a 180 dias	361	3.445	4.196	11.686
De 181 a 365 dias	789	3.741	9.744	11.686
Há mais de 365 dias	14.823	8.387	43.877	22.830
Total vencidos	56.768	49.373	175.507	142.947
Total	137.239	119.683	376.519	337.099

Em 31 de dezembro de 2017, parte do saldo consolidado vencido, no montante de R\$81.392, é proveniente das controladas estrangeiras situadas na Espanha, EUA, Argentina, Dinamarca, México, Colômbia e Uruguai (R\$75.513 em 31 de dezembro de 2016) e, portanto, sujeitas à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas funcionais dessas controladas.

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e utiliza como premissa o histórico de recebimentos destes e negociações desses clientes a fim de cobrir possíveis riscos. A provisão para perdas sobre créditos é calculada com base nos históricos de perdas. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que os montantes provisionados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Interprint apresentava saldo de R\$12.675 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual foi constituída provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$4.345.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Valid Espanha apresentava saldo de R\$23.796 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$12.462.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de R\$16.508 na controladora e R\$63.077 no consolidado (R\$16.908 e R\$50.357 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente), sendo que deste montante, os saldos sem provisão para perda sobre créditos constituída eram de R\$13.629 na controladora e R\$39.824 no consolidado (R\$12.802 e R\$24.513 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente). A seguir, estão apresentados, por localidade, os principais saldos e o correspondente embasamento da Administração da Companhia para a não constituição de referida provisão:

Brasil

- Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de contas a receber, em aberto a mais de 365 dias, classificados no ativo não circulante, na controladora e no consolidado, de R\$5.930 (R\$4.305 em 31 de dezembro de 2016) referentes a serviços prestados e não recebidos até esta data, devido a retenções promovidas, unilateralmente, por um cliente da Companhia no âmbito dos contratos firmados entre as partes. A fim de reaver os valores bloqueados, a Companhia ingressou com duas ações e, em outubro de 2016, foi proferida decisão judicial de primeira instância favorável em um dos processos movidos contra o cliente. Diante desse cenário e com base no suporte dos assessores legais externos que atuam no referido processo judicial, o entendimento é de que tais retenções são, de fato, ilegais e que a Companhia receberá os valores retidos em data futura, não havendo, nessa data, necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa.
- Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava um saldo a receber no montante de R\$16.850, sendo deste montante R\$7.105 em aberto há mais de 90 dias, classificado no ativo não circulante, tendo constituído uma provisão para perda sobre crédito de R\$696 (R\$9.349, sendo que deste montante R\$7.057 em aberto há mais de 90 dias em 31 de dezembro de 2016), referente a um cliente que se encontra em fase de recuperação judicial. A Administração entende que os saldos em aberto são realizáveis, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o plano de recuperação judicial apresentado aos credores contempla os valores que a Companhia possui registrado em seu contas a receber. A Companhia aguarda o recebimento dos valores incluídos na lista de credores do cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

<u>Interprint</u>

• Em 31 de dezembro de 2017, um cliente da controlada Interprint possui um saldo a receber em aberto há mais de 90 dias no montante de R\$6.596 (R\$3.611 e 31 de dezembro de 2016) que refere-se a um cliente que atravessou modificações em seu processo de gestão, porém, reconhece a obrigação no montante informado anteriormente junto a Companhia. A administração entende que os saldos em aberto são realizáveis ao longo de 2018, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa.

Espanha

• Em 31 de dezembro de 2017, um cliente da controlada Valid Espanha, apresentava saldo em aberto há mais de 90 dias de R\$6.475 (R\$7.375 em 31 de dezembro de 2016). O atraso é oriundo de dificuldades enfrentadas na saída do câmbio do país sede deste cliente. No entanto, o histórico de pagamentos das faturas vencidas suporta o entendimento da Administração da Companhia de que não há necessidade de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa para estes saldos em aberto. Os valores recebidos deste cliente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 somam R\$1.548.

6. Tributos

a) Impostos a recuperar

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CSLL a recuperar ICMS a recuperar IPI a recuperar Impostos federais retidos por clientes Outros	8.981 619 21.835 1.965 280	7.071 724 20.996 2.890 718	16.632 32.204 22.433 2.358 377	9.895 10.732 21.509 3.501 815
Total	33.680	32.399	74.004	46.452
Total circulante Total não circulante	11.845 21.835	11.722 20.677	51.491 22.513	25.173 21.279

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos -- Continuação

a) Impostos a recuperar--Continuação

O saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, se refere a créditos que a Companhia tem expectativa de realizar através de compensação com outros tributos federais ou pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R\$20.016 e aguarda posição do órgão federal.

Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, ao imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos (ativo e passivo) e suas movimentações estão apresentados a seguir:

	Controladora	
_	Resultado	_
	IR/CSLL	
31/12/2016	diferidos	31/12/2017
5.053	(551)	4.502
2.745	(1.836)	909
1.149	(417)	732
208	53	261
614	3	617
2.359	1.290	3.649
528	(528)	-
22.790	(1.709)	21.081
1.791	1.152	2.943
37.237	(2.543)	34.694
	5.053 2.745 1.149 208 614 2.359 528 22.790 1.791	JR/CSLL diferidos 5.053 (551) 2.745 (1.836) 1.149 (417) 208 53 614 3 2.359 1.290 528 (528) 22.790 (1.709) 1.791 1.152

⁽¹⁾ Refere-se à constituição dos impostos diferidos ativo relacionado à reestruturação de plantas fabris no Brasil, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos -- Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

	Consolidado				
	31/12/2016	Resultado IR/CSLL diferidos	Variação cambial	31/12/2017	
Impostos diferidos ativos com relação a					
Provisões com contingências	7.147	(1.216)	(28)	5.903	
Prejuízo fiscal e base negativa	42.765	3.918	541	47.224	
Provisão para devedores duvidosos	5.738	(3.162)	94	2.670	
Provisão para obsolescência do imobilizado	6.262	(3.507)	(33)	2.722	
Provisão para royalties	208	53	-	261	
Provisão para honorários advocatícios	614	3	-	617	
Provisão para despesas com reestruturação (2)	1.894	(1.631)	(55)	208	
Aluguéis diferidos	1.046	(204)	8	850	
Provisão para PLR	3.722	442	(20)	4.144	
Custo de transação na aquisição de empresa	4.061	(2.353)	(24)	1.684	
Despesas financeiras com empréstimos (1)	443	(80)	4	367	
Comissões a pagar	1.231	469	-	1.700	
Outras adições temporárias	4.661	1.775	16	6.452	
Total impostos diferidos ativos	79.792	(5.493)	503	74.802	
Impostos diferidos passivos com relação a					
Amortização fiscal do ágio dedutível	(40.841)	(3.741)	(169)	(44.751)	
Diferença depreciação - CPC 27 (IAS 16) (3)	(5.350)	` (126)	(105)	`(5.581)	
Total impostos diferidos passivos	(46.191)	(3.867)	(274)	(50.332)	
Total impostos diferidos	33.601	(9.360)	229	24.470	

⁽¹⁾ Refere-se à constituição de imposto de renda diferidos ativo na controlada Valid USA sobre as despesas com juros da dívida devido à indedutibilidade temporal por conta da regra de "thin capitalization" determinada pela legislação americana. Tais despesas de juros podem ser utilizadas no futuro.

⁽²⁾ Refere-se à constituição do imposto diferido ativo na reestruturação de plantas fabris no Brasil e Estados Unidos, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25.

⁽³⁾ Refere-se à diferença do reconhecimento da despesa com depreciação pela capacidade de uso contra a vida útil fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos -- Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável, considerando a expectativa de realização do investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia efetuou, para fins de apresentação em suas demonstrações financeiras, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes à mesma entidade jurídica da seguinte forma:

	31/12/2017								
Consolidado	Valid	Interprint	Valid USA	Valid Espanha	Valid Argentina	Valid Certificadora	Outras	Total	
Impostos diferidos ativos Impostos diferidos	34.694	3.175	33.098	573	845	2.198	219	74.802	
passivos	-	(38.269)	(9.560)	(835)	-	-	(1.668)	(50.332)	
Total, líquidos	34.694	(35.094)	23.538	(262)	845	2.198	(1.449)	24.470	
Total ativos fiscais	34.694	-	23.538	-	845	2.198	-	61.275	
Total passivos fiscais	-	(35.094)	-	(262)	-	-	(1.449)	(36.805)	
					31/12/2016				
Consolidado		Valid	Interprint	Valid USA		Outras		Total	
Impostos diferidos ativos Impostos diferidos passivos		37.237 -			34.535 (9.250)	5.223 (1.164)		79.792 (46.191)	
Total, líquidos		37.237	(32.980)		25.285	4.059		33.601	
Total ativos fiscais		37.237	-		25.285	4.059		66.581	
Total passivos fiscais		-	(32.980)		_	_		(32.980)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos -- Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, suportados por orçamentos aprovados pela Administração da Companhia:

	Controladora	Consolidado
2018	18.199	31.080
2019	4.739	7.312
2020	5.154	11.444
2021	5.361	10.058
2022	1.241	9.047
A partir de 2022		5.861
Total	34.694	74.802

c) <u>Impostos, taxas e contribuições a recolher</u>

Contro	oladora	Consc	lidado
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
59	-	311	1.785
351	119	1.363	639
1.924	2.101	4.181	4.472
2.816	2.003	3.449	2.829
587	438	724	615
603	-	603	-
232	1.166	621	1.354
6.572	5.827	11.252	11.694
	31/12/2017 59 351 1.924 2.816 587 603 232	59 - 351 119 1.924 2.101 2.816 2.003 587 438 603 - 232 1.166	31/12/2017 31/12/2016 31/12/2017 59 - 311 351 119 1.363 1.924 2.101 4.181 2.816 2.003 3.449 587 438 724 603 - 603 232 1.166 621

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado		
- -	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro Resultado antes dos tributos sobre o lucro de	35.338	43.177	64.412	67.446	
operações descontinuadas		21.766	-	42.020	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	12.015	22.081	21.900	37.218	
Adições					
Lucro no exterior	913	2.909	913	2.909	
Provisão para perdas sobre crédito Não dedutibilidade das despesas com	-	-	-	74	
depreciação	-	972		973	
Outras despesas	156	64	247	-	
Opções de outorgas reconhecidas Exclusões	461	-	461	-	
Incentivos fiscais	(70)	-	(630)	(943)	
Equivalência patrimonial	(3.632)	(12.063)	564	1.280	
Equivalência patrimonial operações	` ,	,			
descontinuadas	-	(21.766)	-	(1.939)	
Juros sobre capital próprio	-	(15.523)	-	(15.523)	
Parcela isenta do adicional	(24)	-	(72)	(72)	
Reversão da não dedutibilidade das despesas com juros sobre <i>leasing</i>	(3.412)		(3.412)		
Diferença de alíquota - lucro presumido	(3.412)	_	(3.412)	456	
Diferença de alíquota de empresas no				400	
exterior	-	-	14.693	(3.891)	
Outras adições (exclusões), líquidas	1.244	-	1.990	` 529 [′]	
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	7.651	(23.326)	36.654	21.071	
debitados do resultado do exercicio	7.001	(20.020)	00.004	21.071	
Alíquota efetiva	21,65%	(35,92%)	56,91%	19,25%	
Imposto de renda e contribuição social					
correntes de operações continuadas Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.108	-	27.294	36.425	
de operações continuadas	2.543	(23.326)	9.360	(35.608)	
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre operações descontinuadas	-	-	-	13.628	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre operações descontinuadas	_	_	_	6.626	
	7.651	(23.326)	36.654	21.071	
-		(=5:5=5)		=	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-prima	24.934	26.599	62.835	70.191
Produtos em processo	16.733	23.937	28.524	40.598
Peças e materiais de reposição	3.273	4.772	4.404	5.925
Produtos para revenda	-	-	21.237	7.285
Provisão para perdas de estoques	-	-	(3.607)	(3.445)
	44.940	55.308	113.393	120.554
Adiantamentos a fornecedores	2.659	6.610	4.869	8.445
Total	47.599	61.918	118.262	128.999

8. Depósitos judiciais

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	5.719	7.055	7.527	8.524
Tributários	14.541	13.788	19.426	18.115
Cíveis, comerciais e outros	11.224	10.515	11.329	10.615
Total	31.484	31.358	38.282	37.254

Os valores individualmente mais representativos, depositados judicialmente pela Companhia, estão detalhados a seguir:

- Em 29 de maio de 2012, a Companhia efetuou depósito judicial referente a um auto de infração de natureza tributária, no valor de R\$7.009, referente a divergências identificadas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, que possui probabilidade de perda classificada como possível (Nota Explicativa nº 14, item b). Em 31 de dezembro de 2017, o depósito judicial possui o montante atualizado de R\$10.296.
- Em 8 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$6.646 referente a processo de natureza cível que possui expectativa de perda possível, e que tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e como objeto a obtenção da suspensão de exigibilidade de multa imposta por esta à Companhia em processo administrativo por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido (Nota Explicativa nº 14, item b). Em 31 de dezembro de 2017, o depósito judicial possui o montante atualizado de R\$10.165.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

Informações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017, as principais informações contábeis das empresas controladas diretamente e indiretamente estão demonstradas a seguir:

Controladas (1)	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do período (2)	Patrimônio líquido
			4400	
Valid Par	1.197	1.197	(129)	979
Valid Argentina (3)	36.492	36.492	1.714	24.653
Interprint	258.335	258.335	36.744	196.732
Valid Certificadora	51.508	51.508	2.730	33.008
Valid Uruguai	1.176	1.176	281	1.164
Valid México	14.736	14.736	640	5.009
Uram	1.074	1.074	17	1.003
Inemator	252	252	(45)	217
Valid Espanha	797.321	797.321	(27.521)	452.216
Valid A/S	222.073	222.073	6.929	161.568
Valid USA (4)	445.168	445.168	(28.896)	264.567
Valid Sucursal	2.755	2.755	(83)	1.972

⁽¹⁾ Considera 100% dos saldos das controladas, independentemente do percentual de participação detido pela Valid nessas empresas.

⁽²⁾ Estão apresentados os resultados auferidos pelas controladas e coligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

⁽³⁾ A controlada Interprint detém 2,4% de participação da Valid Argentina.

⁽⁴⁾ Considera os ativos, passivos e resultados das controladas Screencheck, VSP e MSC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Controladora

Controladora							
Investimentos	Saldos en 31/12/201		nto Va			Dividendos deliberados	Saldos em 31/12/2017
Controladas							
Valid Par	1.108		-	-	(129)	-	979
Interprint	179.988		-	-	36.744	(20.000)	196.732
Valid Espanha	475.985		-	3.752	(27.521)	-	452.216
Valid Argentina	26.317		-	(3.981)	1.669	-	24.005
Valid Sucursal	601	1.3	99	` 54	(82)	-	1.972
	683.999	1.3	99	(175)	10.681	(20.000)	675.904
Ágio							
Valid Espanha	42.303		-	6.532	-	-	48.835
Valid Argentina	3.055		-	(447)	-	-	2.608
	45.358		-	6.085	-	-	51.443
Total	729.357	1.3	99	5.910	10.681	(20.000)	727.347
Investimentos	Saldos em 31/12/2015	Adições (aumento de capital)	Variação cambial	Equivalência patrimonial		Dividendos deliberados	Saldos em 31/12/2016
Controladas							
Valid Par	1.012	_	_	96	_	_	1.108
Interprint 1	222.307	-	(4.601)	84.282	-	(122.000)	179.988
Valid Espanha	485.366	73.076	(84.475)	2.018	-	-	475.985
Valid Argentina	29.498	478	(11.629)	14.953	-	(6.983)	26.317
Valid Sucursal	18	2.082	(55)	(1.444)	-	-	601
Trust ²	9.903	=	-	(407)	(9.496)	-	<u> </u>
	748.104	75.636	(100.760)	99.498	(9.496)	(128.983)	683.999
Ágio							
Valid Espanha	52.293	-	(9.990)	-	-	-	42.303
Valid Argentina	4.481	-	(1.426)	-	-	-	3.055
Trust (*)	3.649	=	-	-	(3.649)	-	
	60.423	-	(11.416)	-	(3.649)	-	45.358
Total	808.527	75.636	(112.176)	99.498	(13.145)	(128.983)	729.357
						<u> </u>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos -- Continuação

	Consolidado							
Investimentos	Saldos em	(aumento	Variação	Equivalência	Saldos em			
	31/12/2016	de capital)	cambial	patrimonial	31/12/2017			
Investidas								
Cubic	_	6.169	358	(1.659)	4.868			
Ágio Cubic	=	30.978	3.160	-	34.138			
Total	-	37.147	3.518	(1.659)	39.006			
			Consolidado					
	Saldos em	Variação	Equivalência		Saldos em			
Investimentos	31/12/2015	cambial	patrimonial	Baixas	31/12/2016			
Multidisplay - investimento (2)	11.013	-	1.939	(12.952)	-			
Multidisplay - ágio (2)	13.955	-	-	(13.955)	-			
Uram (1)	105	20	-	(125)	-			
Jram àgio (1)	952	92	-	(1.044)	-			
Inemator (1)	52	(3)	-	(49)	-			
Inemator - ágio (1)	207	22	-	(229)	-			
Total investimento	26.284	131	1.939	(28.354)	<u>-</u>			

Os eventos societários relacionados aos investimentos da Companhia e suas controladas, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão detalhados a seguir:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R\$ mil
Valid Sucursal Colômbia (a	a) Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US\$450 mil	1.399
Valid USA (b)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$50 mil	169.035
Valid USA (b)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$20 mil	65.676
Valid Espanha (c)	Aquisição da CUBIC	Reunião do Conselho de Administração	EUR10 mil	37.147
Interprint (d)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$20 mil	20.000

(a) Aumento de capital na Valid Sucursal Colômbia

Em 1º de fevereiro de 2017, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal no valor de US\$450 mil (equivalentes a R\$1.399 na data da capitalização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(b) Aumento de capital na Valid USA

Em 18 de maio de 2017, a Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de U\$\$50.000 mil (equivalentes a R\$169.035 na data da capitalização).

Em 8 de junho de 2017, a Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de U\$\$20.000 mil (equivalentes a R\$65.676 na data da capitalização).

(c) Aquisição da Cubic

Em reunião realizada em 16 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 6,13% do capital social da empresa Cubic Telecom Limited ("Cubic") através da subsidiária Valid Espanha pelo valor de EUR10.000 (equivalentes a R\$37.147 na data de aquisição).

A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M, o qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC - ou embedded SIM ou eSIM - considerada a evolução do cartão SIM. Seus principais clientes atuam nos setores automotivo, empresas de tecnologia e varejo. A Cubic foi fundada em 2009 por Barry Napier, atual presidente e acionista majoritário. A Cubic é inovadora, totalmente focada no cliente e com capacidade de desenvolvimento de aplicações e serviços feitos sob medida para o universo IoT.

Um dos segmentos que mais tem avançado na análise dos benefícios do IoT através do eSIM é o setor Automotivo. Nesse sentido, a VALID está reforçando sua estratégia neste mercado ao estreitar ainda mais o relacionamento com a Cubic, na qual a Companhia representa o principal parceiro para prover o eSIM e a plataforma de personalização remota das subscrições dos clientes da Cubic.

A estratégia da Companhia é estar preparada para a transição do *Simcard* tradicional para o eUICC Sim (*embeded Sim*), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização(*Subscription Manager*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(c) Aquisição da Cubic--Continuação

Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de EUR8.339 (equivalentes a R\$30.978). O valor justo dos ativos e passivos levantados na data da transação estão demonstrados a seguir:

	Cubic (21/08/2017)
Ativo	
Ativo circulante	123.376
Caixa e equivalentes de caixa	112.267
Impostos a recuperar	10.956
Estoques	153
Ativo não circulante	7.242
Imobilizado	5.783
Intangível	1.459
Passivo	
Passivo circulante	(34.163)
Fornecedores	(32.420)
Outras contas a pagar	`(1.743)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa CUBIC	96.455
6,13% da empresa CUBIC	6.169
Valor efetivamente pago	37.147
Ágio gerado na aquisição	30.978
	22.0.0

(d) Pagamento de dividendos na Interprint

Em 14 de dezembro de 2017, a controlada Interprint efetuou pagamento de dividendos para a Companhia no valor de R\$20.000 referente ao resultado gerado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

Em adição aos eventos societários ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacam-se os eventos societários a seguir, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R\$ mil
Interprint (a)	Aquisição da participação na Uram	Reunião dos Sócios	US\$400 mil	1.640
Interprint (b)	Aquisição da participação na	D	1100400"	440
	Inemator	Reunião dos Sócios	US\$100 mil	410
Valid Espanha	Aumento de capital	Reunião do Conselho de	110040 740'	00.000
		Administração	US\$10.746 mil	39.600
Valid Colômbia Sucursal	Aumento de capital	Reunião da Diretoria	US\$350 mil	1.276
Interprint	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$42 milhões	42.000
Valid Certificadora	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$12 milhões	12.000
Valid Argentina	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US\$152 mil	478
Valid Colômbia Sucursal	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US\$250 mil	806
Interprint (c)	Alienação da participação da	Reunião do Conselho de		
, , ,	coligada Multidisplay	Administração	R\$67 milhões	66.988
Valid Argentina	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US\$2.042 milhões	6.784
Valid Argentina	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US\$61 mil	198
Interprint	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$80 milhões	80.000
Valid Espanha	Aumento de capital	Reunião do Conselho de	•	
rana zopanna	ramonto do capital	Administração	US\$10.000 mil	33.476
Valid USA	Aumento de capital	Reunião do Conselho de	30¢ 101000 1	0010
valid 5671	ramonto do oapitar	Administração	US\$10.000 mil	33.476
Valid USA	Aumento de capital	Reunião do Conselho de	οοφ το.οσο ππ	55.476
Valid OOA	Aumento de capital	Administração	US\$7.566 mil	25.191
Truct (d)	Incorporação	Assembleia Geral	00φ1.300 mil	20.101
Trust (d)	Incorporação	Extraordinária	D¢0 400	9.496
		⊏xuaorumana	R\$9.496	9.490

(a) Aquisição de participação na Uram

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da controlada Interprint, de 31,17% das ações da Uram pelo valor total de US\$300 mil (equivalentes a R\$1.120 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$255 mil (equivalentes a R\$952 na data de aquisição), quando foi identificada mais-valia alocada na rubrica de "Carteiras de clientes" no montante US\$46 mil, no qual a Interprint detém US\$14 mil (equivalente a R\$55).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos-Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(a) Aquisição de participação na Uram--Continuação

Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$400mil (equivalente a R\$1.640 naquela data) na Uram, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%.

A Uram está estabelecida na cidade de Buenos Aires, Argentina, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (*Fixed Wired Telephony*); (ii) solução de Canal de Marketing pelo *SIM Card*; (iii) solução de *Mobile Banking*; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de *Backup* de agenda do *SIM card*.

Em 25 de janeiro de 2016, após a obtenção de controle o investimento na Uram foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir, estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

	Uram (25/01/2016)
Ativo	
Ativo circulante	2.217
Caixa e equivalente de caixa	1.715
Contas a receber	456
Impostos a recuperar	46
Ativo não circulante	169
Imobilizado	46
Intangível	94
Outras contas a receber	29
Passivo	
Passivo circulante	(399)
Fornecedores	(98)
Obrigações fiscais	(272)
Encargos sociais	(29)
Passivo não circulante	(6)
Outras contas a pagar	(6)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da Uram	1.981

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos-Continuação

Movimentação dos investimentos -- Continuação

(a) Aquisição de participação na Uram--Continuação

	Uram (25/01/2016)
Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital Aporte de capital	1.158 1.640
Contraprestação transferida Mais: participações de não controladores Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	2.798 971 (1.981)
Ágio gerado na aquisição	1.788
Contraprestação transferida Investimento detido anteriormente	(2.798) 1.158
Caixa adquirido	1.715
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Uram	75

(b) Aquisição de participação na Inemator S.A.

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da controlada Interprint, de 31,17% das ações da Inemator pelo valor total de US\$75 mil (equivalentes a R\$280 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$55 mil (equivalentes a R\$207 na data de aquisição), quando foi identificada mais-valia alocada na rubrica de "Carteiras de clientes" no montante de US\$15 mil, no qual a Interprint detém US\$5 mil (equivalente a R\$18).

Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$100 mil (equivalente a R\$410 naquela data) na Inemator, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%.

A Inemator está estabelecida na cidade de Montevidéu, Uruguai, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem:

(i) solução de FWT (*Fixed Wired Telephony*); (ii) solução de Canal de Marketing pelo *SIM Card*; (iii) solução de *Mobile Banking*; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do *SIM card*; e (vi) solução de *Backup* de agenda do *SIM card*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos-Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(b) Aquisição de participação na Inemator S.A.--Continuação

Em 25 de janeiro de 2016, após a obtenção de controle o investimento na Inemator foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir, estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

	Inemator (25/01/2016)
Ativo	005
Ativo circulante	865
Caixa e equivalentes de caixa	734
Investimentos temporários	15
Contas a receber	6
Impostos a recuperar	20
Outros créditos	90
Ativo não circulante	44
Imobilizado	2
Intangível	42
Descive	
Passivo Passivo circulante	(417)
Fornecedores	
	(364)
Obrigações fiscais	(7)
Encargos sociais	(4)
Outras contas a pagar	(42)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da Inemator	492
Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital	255
Aporte de capital	410
Contraprestação transferida	665
Mais: participações de não controladores	241
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(492)
Ágio gerado na aquisição	414
Contraprestação transferida	(665)
Investimento detido anteriormente	`255 [′]
Caixa adquirido	734
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Inemator	324

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos-Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(c) Alienação da participação da coligada Multidisplay (operação descontinuada)

A controlada direta Interprint possuía influência significativa na coligada Multidisplay, sendo esse investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial até ser classificado como mantido para venda.

Em 27 de agosto de 2015, a controlada Interprint celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay, representada por 30% do total das ações, pelo valor inicial de R\$60.000. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em novembro de 2015, o CADE emitiu o parecer de nº 391 favorável à operação e em 27 de junho de 2016, foi concedida pelo Banco Central do Brasil a última autorização necessária para a conclusão da operação. Em 4 de julho de 2016, foi liquidado em caixa o montante de R\$66.988, gerando um ganho de capital bruto no montante de R\$40.081, conforme apresentado no quadro abaixo:

Valor de venda (1)	66.988
Saldo de investimento na data da venda	(12.952)
Ágio na aquisição na data da venda	(13.955)
Ganho de capital bruto reconhecido em julho de 2016 (2)	40.081

- (1) Valor de venda bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação.
- (2) Resultado bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(d) Incorporação Trust

Em 9 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da então controlada Trust pela Companhia. O objetivo da incorporação da Trust foi a racionalização e simplificação da estrutura societária das sociedades, trazendo benefícios de ordem administrativa, econômica financeira e fiscal, mediante a redução de despesas e impostos. Os saldos contábeis envolvidos na data da incorporação estão demonstrados abaixo:

	Trust (09/12/2016)
Ativo	11.262
Circulante	6.394
Caixa e equivalente de caixa	5.234
Contas a receber de clientes	422
Impostos a recuperar	319
Estoques	199
Outras contas a receber	220
Não circulante	4.868
Outras contas a receber	77
Depósitos judiciais	858
Imobilizado	3.933
Passivo Circulante Fornecedores	11.262 1.022 223
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	686
Impostos, taxas e contribuições a recolher	113
Não circulante	744
Provisões	744
Patrimônio líquido	9.496
Capital social	7.525
Reservas de lucros	1.971

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

(d) Incorporação Trust--Continuação

	Trust 01/01/2016 a 09/12/2016
Receita bruta de vendas e serviços	11.634
Impostos e devoluções	(1.437)
Receita de vendas líquida	10.197
Custos das mercadorias e serviços	(9.783)
Lucro bruto	414
Despesas com vendas	(349)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(154)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	(89)
Receitas financeiras	321
Despesas financeiras	(194)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38
Imposto de renda e contribuição social correntes	(445)
Lucro líquido do período	(407)

10. Intangível

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrada como segue:

		Controladora				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2017		
Vida útil definida Software	24.357	2.605	(6.261)	20.701		
Vida útil indefinida Ágio da controlada Trust (*)	3.649	(2)	-	3.647		
Total	28.006	2.603	(6.261)	24.348		

^(*) Transferência do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R\$3.647, conforme comentado na Nota Explicativa nº 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível -- Continuação

	Consolidado				
	Saldo em			Variação	Saldo em
	31/12/2016	Adições	Amortizações	cambial	31/12/2017
Vida útil definida					
Software	139.552	21.301	(38.780)	3.129	125.202
Carteira de clientes	72.824	-	(6.188)	871	67.507
Marcas e patentes	14.500	-	` (478)	198	14.220
Licença certificação digital	96	-	`(10)	-	86
Vida útil indefinida					
Licença certificação digital Ágios	500	-	-	-	500
Interprint	103.792	-	-	_	103.792
Valid Espanha	42.303	-	-	6.532	48.835
Valid Argentina	3.215	-	-	(470)	2.745
Trust	3.649	(2)	-	` -	3.647
Valid USA	639	`-	-	9	648
ScreenCheck	12.828	-	-	193	13.021
MSC	74.345	-	-	1.117	75.462
VSP	3.267	-	-	48	3.315
Inemator	351	-	-	9	360
Uram	895	-	-	(131)	764
Valid A/S	155.222	-	-	2.328	157.550
Total	627.978	21.299	(45.456)	13.833	617.654

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada como segue:

			Controladora		
Intangível	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldos advindos de Incorporação	Amortizações	Saldo em 31/12/2016
Vida útil definida Software	19.478	10.085	-	(5.206)	24.357
Vida útil indefinida Ágio da controlada Trust (*)		-	3.649	-	3.649
Total	19.478	10.085	3.649	(5.206)	28.006

^(*) Transferência do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R\$3.649 (vide Nota Explicativa nº 9)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível -- Continuação

				Consolidado			
Intangível	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Adições por aquisições de controladas	Amortizações	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
Vida útil definida							
Software	161.759	33.230	(501)	_	(30.943)	(23.993)	139.552
Carteira de clientes	95.542	-	-	136	(10.219)	(12.635)	72.824
Marcas e patentes	17.957	_	_	-	(517)	(2.940)	14.500
Licença certificação digital	-	100	-	-	(4)	-	96
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital Ágios:	500	-	-	-	-	-	500
Interprint	103.792	-	-	-	-	-	103.792
Valid Espanha	52.293	-	-	-	-	(9.990)	42.303
Valid Argentina	4.718	-	-	-	-	(1.503)	3.215
Trust	3.649	-	-	-	-		3.649
Valid USA	765	-	-	-	-	(126)	639
ScreenCheck	15.370	-	-	-	-	(2.542)	12.828
MSC	89.076	-	-	-	-	(14.731)	74.345
VSP	3.913	-	-	-	-	(646)	3.267
Inemator	-	-	-	414	-	(63)	351
Uram	-	-	-	1.788	-	(893)	895
Valid A/S	180.165	-	-	-	-	(24.943)	155.222
Total	729.499	33.330	(501)	2.338	(41.683)	(95.005)	627.978

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados, principalmente, por carteira de clientes e direitos de utilização de *software*, sendo amortizados linearmente às taxas médias de 8,5% e 21,2% ao ano, respectivamente, com base nas vidas úteis estimadas ou prazos de licença (aplicável para direitos de utilização de *software*) e marcas e patentes sendo amortizados à taxa média de 20% e 13,6% ao ano, respectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida referem-se, principalmente, aos ágios gerados nas aquisições de controladas.

Perdas por redução ao valor recuperável

No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível -- Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável--Continuação

O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22, equivalente ao IFRS 8.

Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não foram identificados ajustes a serem reconhecidos relativos a redução ao valor recuperável dos ágios registrados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou quando ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia e suas controladas acreditam que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e suas controladas diretas ou indiretas e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves, sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas controladas. O mesmo é preparado por país e/ou negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação do grupo, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos do grupo;
- Projeção dos resultados operacionais para os próximos 5 anos, com base nos resultados esperados pelo grupo com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de 5 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento o setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações das controladas e da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível -- Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável--Continuação

A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco país de cada investida, determinado pela Administração local e Brasil, em conjunto.

	UGC (localidade)	Taxa média de crescimento	Taxa de desconto	Ativos líquidos em 31/12/2017	Metodologia utilizada
Trust Selos	Brasil	25%	17,6%	R\$11.082	Valor em uso
Interprint	Brasil	3%	17,6%	R\$264.089	Valor em uso
Valid Argentina	Argentina	9%	22.7%	R\$27.398	Valor em uso
Valid EMEAA	Espanha/Dinamarca	4%	10,7%	US\$155.616	Valor em uso
Screencheck	EÚA	23%	9,8%	U\$17.784	Valor em uso
VSP	EUA	7%	10,2%	US\$8.403	Valor em uso
MSC	EUA	6%	9,0%	US\$37.576	Valor em uso

Após as análises efetuadas a Administração da Companhia concluiu que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa, não havendo necessidade de reconhecimento, em 31 de dezembro de 2017, de uma provisão para perda a valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

			Cont	roladora		
	Saldos em			Transferências	Provisão para	Saldos em
	31/12/2016	Adições	Baixas	(2)	obsolescência	31/12/2017
Custo						
Terrenos	3.886	-	-	-	-	3.886
Edificações	68.947	48	(5.316)	10.405	5.400	79.484
Máquinas e equipamentos	196.750	1.293	(641)	2.179	-	199.581
Leasing (1)	47.254	-	(4.632)	-	-	42.622
Móveis e utensílios	14.391	717	` -	99	-	15.207
Veículos	3.059	263	(926)	216	-	2.612
Equipamentos e processamento de dados	72.905	3.069	(438)	541	-	76.077
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.218	-	` -	-	-	5.218
Imobilizado em andamento	14.153	3.792	-	(10.356)	-	7.589
Adiantamentos a fornecedores	417	4.668	-	(3.875)	-	1.210
Subtotal do custo	426.980	13.850	(11.953)	(791)	5.400	433.486
Depreciação						
Edificações	(21.333)	(5.607)	1.572	-	-	(25.368)
Máguinas e equipamentos	(124.089)	(6.574)	626	-	-	(130.037)
Leasing (1)	(29.787)	(9.214)	3.184	-	-	(35.817)
Móveis e utensílios	(6.983)	(1.229)		-	-	(8.212)
Veículos	(1.325)	(537)	646	-	-	(1.216)
Equipamentos e processamento de dados	(32.397)	(12.999)	343	-	-	(45.053)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.469)	(1.044)	-	-	-	(2.513)
Subtotal depreciação	(217.383)	(37.204)	6.371	-	-	(248.216)
Total imobilizado líquido	209.597	(23.354)	(5.582)	(791)	5.400	185.270

⁽¹⁾ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2017, mediante a incorporação da controlada Trust realizada em 9 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou o imóvel localizado no estado do Paraná como ativo disponível para venda e mantêm a expectativa de que até junho de 2018 a alienação seja concretizada. Os valores do ativo envolvido representavam o montante de R\$791.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado -- Continuação

				Consolidado	1		
•						Provisão para	
	Saldos em 31/12/2016	Adicões	Baixas	Variação cambial	Transferências o (3)	bsolescência (2)	Saldos em 31/12/2017
Custo	31/12/2010	Aulções	Daixas	Callibiai	(3)	(2)	31/12/2017
Terrenos	9.043	_	-	72	_	-	9.115
Edificações	103.239	48	(5.574)	103	10.400	5.400	113.616
Máguinas e equipamentos	400.505	3.019	(2.286)	2.804	5.619	2.247	411.908
Leasing (1)	57.097	0.010	(4.632)	129	0.010		52.594
Móveis e utensílios	21.832	1.087	(100)	174	137	-	23.130
Veículos	4.124	263	(925)	(52)	216	-	3.626
Equipamentos e processamento de		200	(020)	(02)	2.0		0.020
dados	129.855	7.523	(2.642)	161	820	_	135.717
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.133	887	(43)	938	282	-	45.197
Imobilizado em andamento	34.936	11.381	-	(221)	(13.574)	-	32.522
Adiantamentos a fornecedores	417	5.539	-	` -	(4.691)	-	1.265
Subtotal do custo	804.181	29.747	(16.202)	4.108	(791)	7.647	828.690
Depreciação							
Edificações	(40.947)	(6.733)	1.632	(54)		_	(46.102)
Máguinas e equipamentos	(235.855)	(24.739)	2.436	(2.899)		_	(261.057)
Leasing (1)	(30.486)	(10.766)	3.237	(71)	_	_	(38.086)
Móveis e utensílios	(11.354)	(1.984)	70	(129)	-	-	(13.397)
Veículos	(1.891)	(697)	647	18	-	-	(1.923)
Equipamentos e processamento de	(/	(/	_	_			(/
dados	(72.647)	(18.928)	2.450	(169)	-	-	(89.294)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(10.541)	(3.614)	9	(435)	-	-	(14.581)
Subtotal da depreciação	(403.721)	(67.461)	10.481	(3.739)	-	•	(464.440)
Total imobilizado líquido	400.460	(37.714)	(5.721)	369	(791)	7.647	364.250

⁽¹⁾ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

⁽³⁾ Em 31 de dezembro de 2017, mediante a incorporação da controlada Trust realizada em 9 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou o imóvel localizado no estado do Paraná como ativo disponível para venda e mantêm a expectativa de que até junho de 2018 a alienação seja concretizada. Os valores do ativo envolvido representavam o montante de R\$791.

	Taxa de depreciação anual
Edificações	4,8%
Máquinas e equipamentos	12,1%
Leasing	15,4%
Móveis e utensílios	16,0%
Veículos	19,2%
Equipamentos de processamento de dados	23,1%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10,2%

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R\$3.895.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia avaliou e não encontrou indicativos de perda de valor recuperável de seus ativos imobilizados.

⁽²⁾ Provisão para obsolescência relativa à planta que será desmobilizada, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos Advindos de incorporação	Baixas	Transferências	Provisão para obsolescência (2)	Saldos em 31/12/2016
Custo							
Terrenos	3.732	-	154	-	-	-	3.886
Edificações	80.124	19	1.537	(13.344)	6.011	(5.400)	68.947
Máquinas e equipamentos	196.818	837	3.178	(5.082)	999	-	196.750
Leasing (1)	35.209	12.045		-	-	-	47.254
Móveis e utensílios	13.944	1.502	27	(1.243)	161	-	14.391
Veículos	3.266	225	-	(516)	84	-	3.059
Equipamentos e processamento de							
dados	127.245	12.714	79	(68.707)	1.574	-	72.905
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.490	-	-	(5.400)	128	-	5.218
Imobilizado em andamento	13.594	7.151	-	(1.776)	(4.816)	-	14.153
Adiantamentos a fornecedores	776	3.782		-	(4.141)	-	417
Subtotal do custo	485.198	38.275	4.975	(96.068)	-	(5.400)	426.980
Depreciação							
Edificações	(28.561)	(3.941)	(689)	11.858	-	-	(21.333)
Máguinas e equipamentos	(118.575)	(10.246)	(268)	5.000	-	-	(124.089)
Leasing (1)	(20.237)	(9.550)	-	-	-	-	(29.787)
Móveis e utensílios	(7.100)	(1.108)	(18)	1.243	-	-	(6.983)
Veículos	(1.189)	` (579)	`-'	443	-	-	(1.325)
Equipamentos e processamento de	(/	(/					(/
dados	(88.969)	(12.062)	(67)	68.701	-	-	(32.397)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.184)	(685)	(- /	5.400	_	-	(1.469)
Subtotal depreciação	(270.815)	(38.171)	(1.042)	92.645	-	-	(217.383)
Total imobilizado líquido	214.383	104	3.933	(3.423)	-	(5.400)	209.597

⁽¹⁾ Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme Nota nº 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

				Consolidado			
_	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	Provisão para obsolescência (2)	Saldos em 31/12/2016
Custo							
Terrenos	9.999	-	-	(956)	-	-	9.043
Edificações	117.779	89	(13.776)	(1.601)	6.148	(5.400)	103.239
Máquinas e equipamentos	434.952	5.458	(23.447)	(28.539)	18.864	(6.783)	400.505
Leasing (1)	35.209	22.232	-	1.396	(1.740)	-	57.097
Móveis e utensílios	22.237	1.880	(1.478)	(890)	83	-	21.832
Veículos	4.282	255	(516)	(174)	277	-	4.124
Equipamentos e processamento de							
dados	184.188	17.413	(69.456)	(4.290)	2.000	-	129.855
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.238	260	(5.467)	(7.721)	823	-	43.133
Imobilizado em andamento	25.093	38.575	(1.773)	(4.797)	(22.162)	-	34.936
Adiantamentos a fornecedores	870	3.840	-	-	(4.293)	-	417
Subtotal do custo	889.847	90.002	(115.913)	(47.572)	-	(12.183)	804.181
Depreciação							
Edificações	(48.455)	(5.102)	12.290	312	8	-	(40.947)
Máguinas e equipamentos	(239.676)	(30.617)	20.869	13.559	10	-	(235.855)
Leasing (1)	(20.237)	(10.254)	-	13	(8)	-	(30.486)
Móveis e utensílios	(11.252)	(1.938)	1.407	430	(1)	-	(11.354)
Veículos	(1.656)	(788)	443	110	-	-	`(1.891)
Equipamentos e processamento de	, ,	, ,					, ,
dados	(125.712)	(18.367)	69.457	1.976	(1)	-	(72.647)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(14.295)	(3.398)	5.467	1.693	(8)	-	(10.541)
Subtotal da depreciação	(461.283)	(70.464)	109.933	18.093	-	-	(403.721)
Total imobilizado líquido	428.564	19.538	(5.980)	(29.479)	-	(12.183)	400.460

⁽¹⁾ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

⁽²⁾ Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme Nota nº 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador Valor total Data de vencimento Remuneração Garantia Amortização do principal Pagamento de juros	Valid USA US\$52.500 mil Novembro/18 2,64% a.a. Valid S.A. Semestrais (a partir de nov/14 Semestrais (a partir de maio/1	Valid USA US\$10.000 mil Abril/19 Libor + 2,70% a.a. Valid S.A. Semestrais (a partir de abr/16 3) Semestrais (a partir de out/14)		Valid USA US\$10.000 mil Janeiro/20 Libor + 2,70% a.a. Valid S.A. Semestral (a partir jan/17) Semestral (a partir jul/15)
Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador Valor total Data de vencimento Remuneração Garantia Amortização do principal Pagamento de juros	Valid USA US\$10.000 mil Março/20 Libor 3 meses + 2,65% a.a. Valid S.A. Trimestral a partir de Set/16 Trimestrais a partir de Jun/15	Valid USA US\$17.000 mil Jun/19 Libor 3 meses +2,65% a.a. Valid S.A. Semestral a partir dez/16 Trimestrais partir de set/16	Valid Espanha US\$50.000 mil Maio/22 5,55% a.a. Valid S.A Semestral a partir de maio 18 Semestral a partir de nov/17	
Descrição	Financi	amentos (b)	_	
Tomador Valor total Data de vencimento Remuneração Garantia Amortização do principal Pagamento de juros	Valid Certificadora R\$29.875 Setembro/18 TJLP + 1,5%a.a Fiança bancária Mensais (a partir de Out/14) Trimestrais até Set/14 e men	sais a partir de Out/14		
Descrição	Leasing (c) Lea	sing (c) Leasing (c)	_	
Tomador Valor total Data de vencimento Remuneração Garantia Amortização do principal Pagamento de juros	Valid USA US\$1.071 mil US\$151 Março/18 Agosto/ 1,09% a.a. Equipamentos Mensais Mensais Mensais Valid US US\$151 Agosto/ 6,16% a Equipar Mensais Mensais	mil R\$12.045 18 Maio/2018 .a. IPC-Fipe nentos Equipamentos Mensais		
Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)	<u> </u>	
Tomador Valor total Data de vencimento Remuneração Garantia Amortização do principal Pagamento de juros	Valid USA US\$2.153 mil Maio/22 5,42% a.a. Equipamentos Mensais Mensais	Valid USA US\$854 mil Junho/21 5,80% a.a. Equipamentos Mensais Mensais		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

Debêntures (d)	4ª emissão-3	30/04/2013	5ª emissão-24/06	5/2015 6ª emis	são-24/06/2016	
Data da aprovação	Reunião do Cons Administração 25/02/2013		Reunião do Conselho Administração em 25/05/2015	o de Reunião do Administr 11/05/20		
Quantidade	25.000 debênture não conversíve		6.250 debêntures sim conversíveis em aç		bêntures simples ersíveis em ações	
Valor nominal unitário	R\$10	_	R\$10	R\$1.000	_	
Valor total	R\$250.000		R\$62.500	R\$199.613		
Espécie e série	Espécie quirogra única	fária de série	Espécie quirografária única	de série Espécie qu única	irografária de série	
Data de vencimento	Abril/18		Junho/18	Junho/19		
Remuneração	Taxa média DI + 0,71% a.a.)	spread (de	109% da Taxa média acumulada	DI 114,8% da acumulad	Taxa média DI la	
Garantia	Sem garantia rea	al	Sem garantia real	Sem garan	Sem garantia real	
Amortização do principal	4 parcelas anuais 2º ano	s a partir do	Parcela única no ven	cimento Parcela ún	ica no vencimento	
Pagamento de juros	Semestral, a par emissão	tir da data de	Semestral, a partir de dez/15	Semestral,	a partir de dez/16	
"Rating" pela Moody's	Aa3 br (Escala N Brasileira - NSI		Aa3 br (Escala Nacio Brasileira - NSR)	nal Aa3 br (Es Brasileira	cala Nacional NSR)	
	_	С	ontroladora	Cons	olidado	
	<u>.</u>	31/12/201	7 31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Debêntures		325.633	390.698	325.633	390.698	
Leasing		1.785	26.458	10.239	37.534	
Financiamentos		-	-	5.129	11.840	
Empréstimos	_	-	-	464.483	361.398	
Total		327.418	417.156	805.484	801.470	
Circulante		127.805	85.856	255.885	326.049	
Não circulante		199.613	331.300	549.599	475.421	

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e *leasing*:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, a Valid USA captou empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. no montante de US\$52.500 mil, para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Em 29 de abril de 2014, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US\$10.000 mil para arcar com os custos de reestruturação da empresa. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

a) <u>Empréstimos</u>--Continuação

Em 31 de outubro de 2014, a Valid USA contratou linha de crédito de US\$20.000 mil junto ao HSBC Bank USA. Desta linha, foi realizada em 31 de outubro de 2014 a captação de US\$10.000 mil, sendo aproximadamente US\$3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US\$7.000 mil para capital de giro e, em 30 de abril de 2015 captou os US\$10.000 mil remanescentes. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Em 29 de janeiro de 2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US\$10.000 mil, com o objetivo de obter caixa para a aquisição dos ativos da VSP. A Controladora é a garantidora desse empréstimo.

Em 12 de junho de 2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de US\$44.000 mil com o objetivo de obter caixa para a aquisição da empresa MSC. A Controladora é a garantidora desse empréstimo. Em 12 de junho de 2017, a subsidiária Valid USA efetuou de forma integral a liquidação do empréstimo.

Em 10 de maio de 2016, a Valid USA contratou uma linha de crédito de US\$17.000 mil junto ao Banco Citibank S.A. Desta linha, foi realizada em 10 de maio e 30 de setembro de 2016, a captação de US\$10.000 mil e US\$7.000 mil, respectivamente, com objetivo de reposição do caixa para liquidação de compromissos no curto prazo.

Em 18 de maio de 2017 e 2 de junho de 2017, a Valid Espanha contratou duas linhas de crédito de U\$50.000 mil junto ao Itaú BBA e US\$50.000 mil junto ao banco Santander para honrar compromissos e reposição de caixa para pagamento de suas dívidas.

Os empréstimos preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Abaixo, encontram-se descritas as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais dos empréstimos das subsidiárias Valid USA e Valid Espanha.

Valid USA

- Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a três;
- Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75;
- Após o vencimento das debentures (6ª emissão junho 2019) manutenção de dívida liquida/EBITDA menor ou igual a 2,5. Caso contrário distribuição de dividendos limitada ao mínimo obrigatório (1).
 - (1) Somente para Valid Espanha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

a) <u>Empréstimos</u>--Continuação

Valid USA--Continuação

A Valid USA e Valid Espanha estão restritas a:

- (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que esta tenha sido aprovada pelo credor);
- (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa;
- (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra empresa, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão);
- (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, onde venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos R\$252.920 (R\$91.929 em 2016), sendo deste montante R\$21.701 (R\$14.462 em 2016) a título de juros sobre empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos dos empréstimos registrados na Companhia e suas controladas estão assim resumidos:

		Consolidado			
	Empréstimos	31/12/2017	31/12/2016		
Principal Juros		461.837 2.646	357.404 3.994		
Total		464.483	361.398		
Circulante Não circulante		120.528 343.955	230.686 130.712		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, a Valid Certificadora captou financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES") para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$29.875, tendo sido liberado o montante de R\$26.500 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O financiamento prevê a manutenção de determinados *covenants* exigíveis até o término do contrato para os quais a controlada Valid Certificadora cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Demonstramos abaixo as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais deste financiamento:

- Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem disponibilizar programa de treinamento, voltado a oportunidades de recolocação ao mercado de trabalho, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas em retrospectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem:
 - (I) Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (II) Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; e
 - (III) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

b) <u>Financiamentos</u>--Continuação

- Caso a aplicação dos recursos sejam divergentes do previsto no contrato;
- Na data de diplomação como Deputado (a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada da beneficiária ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos referentes a este financiamento o montante de R\$7.428 (R\$7.827 em 2016), sendo deste montante R\$646 (R\$1.131 em 2016) a título de juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de financiamentos registrados pela Companhia e suas controladas estão assim resumidos:

		Consc	olidado
	Financiamentos	31/12/2017	31/12/2016
Principal Juros		5.113 16	11.802 38
Total		5.129	11.840
Circulante Não circulante		5.129 -	6.782 5.058

c) Leasing a pagar

A Companhia firmou, em abril de 2016, um aditivo ao contrato classificado como *leasing* financeiro, no montante de pagamentos mínimos de R\$12.045 com vigência de 27 meses referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens serão revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto é de R\$1.785.

A Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US\$1.071 mil com vigência de 48 meses, em abril de 2014, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos no montante de R\$858,equivalentes a US\$268 mil (R\$930, equivalentes a US\$269 mil em 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

c) <u>Leasing a pagar</u>--Continuação

Em janeiro de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US\$151 mil com vigência de 36 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos no montante de R\$174, equivalentes a US\$54 mil (R\$144 equivalentes a US\$42 mil em 31 de dezembro de 2016).

Em maio de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US\$2.153 mil com vigência de 72 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos de R\$1.319 (equivalentes a U\$413 mil).

Em junho de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US\$854 mil com vigência de 48 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos de R\$666 (equivalentes a U\$208 mil).

A seguir demonstramos os pagamentos mínimos futuros a pagar referentes aos arrendamentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 (não contempla encargos futuros).

Controladora

	Controladora				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Pagamento mínimo de <i>leasing</i>	1.785	-	-	1.785	
Total de pagamentos mínimos líquidos	1.785	-	-	1.785	
		Cons	solidado		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Pagamento mínimo de <i>leasing</i>	4.208	6.031	-	10.239	
Total de pagamentos mínimos líquidos	4.208	6.031	-	10.239	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

c) <u>Leasing a pagar</u>--Continuação

A Companhia possuía arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros, com prazo médio de seis anos e com opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. Em 16 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou a aquisição dos equipamentos arrendados pelo valor de US\$3.125 (equivalentes a R\$9.712), extinguindo-se a partir dessa data o contrato de arrendamento mercantil financeiro. Com a referida extinção do contrato, o passivo registrado na data foi novamente mensurado de acordo com as condições acordadas, passando de R\$18.512 para R\$9.712, com pagamento em quatro parcelas mensais, não havendo saldos em aberto em 31 de dezembro de 2017. Em função da nova mensuração da obrigação registrada pela Companhia, foi auferido um ganho reconhecido no resultado do período no montante de R\$8.800.

d) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Controladora e Consolidado	
31/12/2017	31/12/2016
125.000	62.500
1.020	3.585
126.020	66.085
199.613	324.613
199.613	324.613
325.633	390.698
	31/12/2017 125.000 1.020 126.020 199.613 199.613

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar--Continuação

d) <u>Debêntures</u>--Continuação

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Companhia cumpriu, adequadamente, as cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Demonstramos, abaixo, os *covenants* financeiros das debêntures da Companhia:

- Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a três;
- Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75.

Em 6 de julho de 2016, foi captado o montante de R\$199.613 referente à 6ª emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos juros remuneratórios sobre as debêntures no montante de R\$40.784 (R\$47.372 em 2016).

Adicionalmente, divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não considera encargos futuros):

Contro	Controladora		lidado
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
-	85.856	-	326.049
127.805	131.687	255.885	254.315
199.613	199.613	328.722	215.150
-	-	92.755	3.929
-	-	85.659	1.534
-	-	42.463	493
327.418	417.156	805.484	801.470
	31/12/2017 - 127.805 199.613 - -	31/12/2017 31/12/2016 - 85.856 127.805 131.687 199.613 199.613	31/12/2017 31/12/2016 31/12/2017 - 85.856 - 127.805 131.687 255.885 199.613 199.613 328.722 - - 92.755 - - 85.659 - - 42.463

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Compromissos

Arrendamento operacional

Os principais contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. A Companhia e suas controladas não têm a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir estão divulgados os principais compromissos não canceláveis assumidos pela Companhia e suas controladas referentes a arrendamentos operacionais.

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Até um ano	9.344	15.084	22.979	14.380
De um a cinco anos	11.697	18.100	52.687	41.684
Mais de cinco anos	-	-	48.739	56.646

A Companhia e suas controladas não possuem passivos reconhecidos em relação aos contratos de arrendamento operacional por entenderem que estes não são onerosos. Os saldos reconhecidos no resultado se encontram divulgados na Nota Explicativa nº 23 na rubrica de arrendamento operacional.

14. Provisões

A Companhia e suas controladas figuram como parte autora e parte ré em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Reversão	Pagamentos	Saldos em 31/12/2017
Trabalhistas	13.540	4.938	(6.109)	(1.223)	11.146
Tributárias	1.127	848	-	-	1.975
Cíveis, comerciais e outros	194	11	(89)	-	116
Total	14.861	5.797	(6.198)	(1.223)	13.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões -- Continuação

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Reversão	Pagamentos	Variação cambial	Saldos em 31/12/2017
Trabalhistas	18.351	8.509	(9.525)	(2.978)	(62)	14.295
Tributárias	1.234	1.595	•	-	-	2.829
Cíveis, comerciais e outros	204	185	(106)	-	-	283
Total	19.789	10.289	(9.631)	(2.978)	(62)	17.407

a) Provisões

Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- Trabalhistas: envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, adicionais, equiparação salarial, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações prováveis de maior representatividade totalizam o montante de R\$2.789 (R\$5.831 em 31 de dezembro de 2016) na Controladora e Consolidado.
- Tributárias: o saldo provisionado refere-se a:
 - (a) Ação anulatória de débito que representa uma contingência de R\$1.147 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.127 em 31 de dezembro de 2016). O objeto da referida ação é o reconhecimento de que parte do débito exigido na execução fiscal nº 2005.51.01.511329-9, oriundo da exclusão do lucro real de valores de aplicações financeiras bloqueados pelo Plano Collor, foi compensado com crédito em favor da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões--Continuação

a) Provisões--Continuação

(b) Cinco processos tributários cujos débitos foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela MP nº 783/2017 e que representam uma contingência total de R\$1.568 em 31 de dezembro de 2017 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016). O objeto dos referidos processos são os seguintes: (i) Cobrança dos créditos tributários consubstanciados nas NFLD's nos 35.815.873-7 e 35.815.874-5; (ii) PER/DCOMP nº 10926.97696.310504.1.3.04-2128 - compensação de débito de IRPJ, no valor de R\$178 (abril/2004), com crédito de IRPJ de fevereiro de 2004, que, após atualização pela SELIC, alcançou o mesmo valor do débito; (iii) PER/DCOMP nº 01093.68895.310504.1.3.04-1267 - compensação de débito de IRPJ no valor de R\$283 (abril/2004), com crédito de IRPJ de marco de 2004, decorrente de um pagamento de R\$911; (iv) PER/DCOMP nº 20501.40423.310504.1.3.04-0472 compensação de débito de CSLL no valor de R\$79 (abril/2004), com crédito de CSLL de fevereiro de 2004 que, após atualização pela SELIC, alcançou o mesmo valor do débito; e (v) PER/DCOMP nº 00830.82558.310504.1.3.04-3856 - compensação de débito de CSLL no valor de R\$88 (abril/2004), com crédito de CSLL de março de 2004, decorrente de um pagamento de R\$328.

b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	26.943	24.663	
Tributários	195.917	182.493	
Cíveis, comerciais e outros	54.712	50.812	
Total	277.572	257.968	
	_		
	Conso	lidado	
	Conso 31/12/2017	lidado 31/12/2016	
Trabalhistas Tributários	31/12/2017 29.319	31/12/2016 31.092	
Trabalhistas Tributários Cíveis, comerciais e outros	31/12/2017	31/12/2016	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões -- Continuação

b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível--Continuação

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Processos tributários

(i) Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"): a Companhia possui autuações lavradas, de 2010 a 2013, por autoridades fiscais federais sob o argumento de que os impressos personalizados produzidos pela Companhia deveriam ter uma classificação fiscal distinta daquela que foi adotada. De acordo com o código fiscal indicado pela Receita Federal, os materiais confeccionados pela Companhia estariam sujeitos à tributação pelo IPI, configurando-a, portanto, como devedora de IPI à União Federal.

Ainda na mesma autuação, o Fisco utilizou os créditos de IPI (conforme descrito na Nota Explicativa nº 8), acumulados em razão da aquisição de insumos aplicados na confecção dos referidos impressos, para abater os débitos apurados, objetos das autuações. Ato contínuo, como consequência da amortização dos créditos de IPI com os débitos, o Fisco glosou declarações de compensação nas quais foram utilizados estes créditos. Por uma mudança na orientação financeira do tema, a Companhia deixou de compensar os créditos acumulados com outros tributos federais e passou a requerer o ressarcimento em moeda dos correspondentes valores.

De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia considera a perda como possível e, dessa forma, deixa de constituir provisão. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2017, destes processos monta R\$40.429 (R\$38.771 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Auto de infração - Arquivos eletrônicos fiscais: a Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a Companhia, em 2012, auto de infração, no montante de R\$12.796 (R\$11.622 em 31 de dezembro de 2016), referente a multas por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais (GIA e EFD). A Companhia ingressou com ação judicial para anular o débito, que se encontra, atualmente, em primeira instância judicial, na fase de realização de perícia. Os valores apresentados acima representam a melhor estimativa da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões -- Continuação

b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível--Continuação

Processos tributários--Continuação

- (iii) Execução fiscal ICMS São Paulo: a Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou contra a controlada Interprint, em 2014, ação de execução fiscal que, considerando atualizações e honorários advocatícios, perfaz o montante de R\$6.083 em 31 de dezembro de 2017 (R\$5.646 em 31 de dezembro de 2016). Trata-se de cobrança de suposto débito de ICMS, relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo na venda de cartões indutivos. Atualmente esse processo se encontra aguardando o julgamento em primeira instância judicial.
- (iv) INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está reclamando, desde 2007, um recolhimento realizado por parte da Companhia no montante atualizado de R\$1.733 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2016). Em sentença amparada por súmula vinculante, o juiz afastou a parte do débito que estava prescrito. Atualmente, está pendente o julgamento dos recursos de apelação apresentados pelas partes.
- (v) IRPJ e CSLL: a Receita Federal lavrou, em 2013, auto de infração contra a controlada Interprint, no montante atualizado de R\$29.011 em 31 de dezembro de 2017 (R\$27.293 em 31 de dezembro de 2016), referente à suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na sua escrituração contábil. A Interprint teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs recurso voluntário. Atualmente, o recurso está pendente de julgamento.
- (vi) A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Companhia, cobrando supostos valores de ICMS desde janeiro de 2012 a dezembro de 2013, por entender ser exigível ICMS sobre (i) transferências entre estabelecimentos do mesmo titular; e (ii) saídas para outros estabelecimentos tributadas como prestação de serviço. Em 31 de dezembro de 2017, o montante atualizado do referido processo é de R\$99.062 (R\$88.204 em 31 de dezembro de 2016). Em 19 de abril de 2017, o recurso da controladora foi julgado parcialmente procedente. Atualmente, aguarda-se a apresentação do recurso pela Fazenda Estadual e a intimação formal da Companhia.
- (vii) A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração em face da Companhia cobrando supostas diferenças de II, IPI, PIS e COFINS por divergir da classificação fiscal dos insumos importados sob a denominação "circuito integrado", ao passo que os identificou como "cartões inteligentes". Em 11 de fevereiro de 2016, ciência do acórdão que julgou improcedente a impugnação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o montante atualizado do referido processo é de R\$16.905 (R\$16.375 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente, a discussão encontra-se em fase de recurso administrativo perante o CARF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões -- Continuação

b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível--Continuação

Processos cíveis, comerciais e outros

- (i) Ação cível ajuizada contra a Companhia em 3 de fevereiro de 2004, cujo autor é um ex-representante comercial, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da ação é de R\$31.033 (R\$27.084 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Ação cível ajuizada pela Companhia em 9 de julho de 2007, requerendo a anulação ou, se assim não se entender, a redução da multa imposta pela ANATEL. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação, em 31 de dezembro de 2017, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$12.100 (R\$12.355 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em primeira instância. O valor atualizado da ação, em 31 de dezembro de 2017, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$28.942 (R\$26.787 em 31 de dezembro de 2016).

Processos trabalhistas

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações possíveis de maior representatividade referentes aos temas acima somam o montante de R\$7.708 em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas, em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$2.680 na controladora e R\$10.032 no consolidado (R\$0 e R\$14.130 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente). Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 2,5% a 3,0% a.a. reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo circulante (a)			
Contas a receber			
Interprint	5.629	1	
Valid Sucursal Colômbia	9	299	
Valid USA	-	103	
Valid Certificadora	1.748	-	
Valid A/S	1	-	
Argentina	72	-	
Valid Participações	218	-	
Total ativo circulante	7.677	403	
Passivo circulante (a)			
Fornecedores			
Valid Espanha	(4.561)	(1.410)	
Valid A/S	(200)	(78)	
Valid Certificadora	(1)	-	
Valid Sucursal	(8)	-	
Valid Argentina	(110)	-	
Total passivo circulante	(4.880)	(1.488)	

	Contro	ladora
	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração dos resultados		
Receita líquida (a)	1.500	6.462
Interprint	408	213
Valid Argentina	733	2.696
Valid Colômbia	-	3.240
Valid Sucursal Colômbia	269	-
Valid USA	-	125
Valid Certificadora	15	-
Valid México	-	188
Valid A/S	75	-
Custo das mercadorias e serviços (a)	(13.108)	(7.977)
Trust	-	(2.289)
Valid Espanha	(10.611)	(5.081)
Valid A/S	(2.197)	(149)
Valid Certificadora	(54)	(4)
Interprint	(95)	(5)
Valid Argentina	(112)	(449)
Uram	(27)	-
Valid Sucursal	(12)	-
Receita financeira	-	2.192
Valid Argentina	-	381
Valid Espanha	-	1.811
Despesa financeira	-	(4.629)
Valid Argentina	-	(783)
Valid Espanha	-	(3.846)

⁽a) As operações referem-se à compra de insumos entre as empresas, sendo a produção feita de acordo com as necessidades das partes envolvidas, não existindo contrato firmado de produção mínima. O prazo médio de pagamento/recebimento dos valores envolvidos é de 35 dias, sendo todas as transações realizadas de acordo com as práticas de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

Transações patrimoniais entre partes relacionadas que não impactaram a Controladora:

- Em 31 de dezembro de 2017, a Valid Espanha possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Argentina no montante de R\$441, R\$1.603 com a Valid USA e R\$1 com a Fundamenture e R\$7.516 com a Valid México, referentes à venda de insumos (R\$3.568 com a Valid A/S, R\$715 Valid Argentina e R\$2.214 com a Valid USA, R\$14.402 com a Valid México em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, a Valid A/S possuía em seu ativo, contas a receber com a Valid Espanha no montante de R\$1.732, Valid USA R\$2.399 referente à venda de insumos (R\$1.439 com a Valid Espanha, R\$4.005 com a Valid USA em 31 de dezembro de 2016).

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração dos administradores, conselheiros e demais diretores não estatutários, registrada na demonstração do resultado, que incluem encargos sociais e demais benefícios está demonstrada a seguir:

Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	31/12/2017
Remuneração fixa anual	1.763	419	6.025	1.887	10.094
Remuneração	1.763	419	5.547	1.714	9.443
Benefícios	-	-	478	173	651
Remuneração baseada em ações	543	_	677	136	1.356
Remuneração variável	-	-	458	-	458
Encargos por ônus do empregador	-	-	2.199	672	2.871
Total da remuneração (*)	2.306	419	9.359	2.695	14.779

^(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2017, corresponde ao montante de R\$21.808.

Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	31/12/2016
Remuneração fixa anual Remuneração Benefícios	2.313 1.402 911	392 392	5.901 5.227 674	1.848 1.590 258	10.454 8.611 1.843
Remuneração variável Encargos por ônus do empregador	- -	-	382 1.997	- 597	382 2.594
Total da remuneração (*):	2.313	392	8.280	2.445	13.430

^(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2016, corresponde ao montante de B\$13.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2017, foi aprovado o aumento do capital social em R\$163.688, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 6.475.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R\$25,28 por ação. Dessa forma, o capital social passou de R\$756.000 dividido em 64.750.000 para R\$919.688 divididos em 71.225.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital e ações em tesouraria

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$6.111 em 31 de dezembro de 2016.

Em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, que contém os termos e as condições gerais para a outorga de ações ordinárias de emissão da Companhia para os participantes do Plano eleitos pelo Conselho de Administração. A opção de recebimento de prêmio baseados em ações foi disponibilizada para alguns executivos da Companhia e encontra-se baseada nas normas descritas no CPC 10 (IFRS 02) - Pagamento Baseado em Ações. A Companhia reconhece o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na Companhia e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção dividendos e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital e ações em tesouraria--Continuação

Opções de outorgas reconhecidas--Continuação

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da sua concessão. As opções têm um prazo máximo de exercício de três anos. O preço de exercício das opções é ajustado pela taxa CDI acrescidas de taxa anual de 6%.

O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Monte Carlo.

O preço-base das Ações da Companhia ("Preço Base") foi estabelecido em R\$15,24 (quinze reais e vinte e quatro centavos); o preço-base foi calculado com base na cotação média de fechamento das ações da Companhia na BM&FBOVESPA no período de 30 (trinta) dias anterior à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração, ou seja, no período entre 31 de maio de 2017 e 29 de junho de 2017.

A transferência das ações está sujeita ao atingimento de metas de performance anual da Companhia, que será apurado mediante a comparação entre o preço base R\$15,24 e o preço de verificação a ser apurado pelo Conselho de Administração com base na cotação média de fechamento das ações da Companhia no período entre 31 de maio de 2018 e 29 de junho de 2018.

Expectativa de reconhecimento do plano de opções no resultado do exercício segregado por ano:

Ano	Valor
2017	1.356
2018	1.358
Total	2.714

A Companhia reconhece mensalmente o montante de forma pró-rata em reserva de capital, opções de ações outorgadas com a contrapartida no resultado registrando o montante de R\$1.356 no exercício findo em 31 dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital e ações em tesouraria--Continuação

Opções de outorgas reconhecidas--Continuação

A outorgas das opções estão assim resumidas:

Quantidade mínima de ações aprovada no plano (*): 178.063 Preço-base por ação: 15,24 Custo com outorgas: 2.714

Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações são adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
	0.040/	00/04/0000
3	-,	02/01/2009
1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014
1.000.000 ações	1,50%	01/02/2017
1.000.000 ações	1,57%	02/02/2018
	máxima a ser adquirida 2.000.000 ações 1.537.900 ações 1.000.000 ações 1.133.000 ações 2.000.000 ações 1.000.000 ações	máxima a ser adquirida % das ações em circulação 2.000.000 ações 6,04% 1.537.900 ações 4,50% 1.000.000 ações 1,94% 1.133.000 ações 2,00% 2.000.000 ações 3,60% 1.000.000 ações 1,50%

^(*) Não houve ações com direito prescrito, exercidas, expiradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital e ações em tesouraria--Continuação

Ações em tesouraria--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém 712.325 ações ordinárias em tesouraria (70.932 ações em 31 de dezembro de 2016), dos quais, foram adquiridas 607.000 ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

	Custo	o de aquisição (e	m reais)
Tipo	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	14,75	26,25	18,35

Baseado na última cotação de mercado disponível, em 31 de dezembro de 2017, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 13.207, cujo preço médio ponderado, assim como preço mínimo e preço máximo em 31 de dezembro de 2017, estão demonstrados a seguir:

	Quantidade			Preço (em reais)			
		Aquisições/					Médio
Tipo	31/12/2016	baixas	Bonificação	31/12/2017	Mínimo	Máximo	ponderado
Ação ordinária	70.932	607.000	34.393	712.325	14,75	26,25	19,79

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um saldo de ações no montante de 1.345 e adquiriu durante o exercício de 2017 o volume de 607.000 ações no valor total de R\$11.728 referente ao plano de recompra de ações, totalizando assim em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$13.073.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva legal representava o montante de R\$51.267 (R\$49.883 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de lucros--Continuação

Reserva para investimento

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de maio de 2017, a Companhia capitalizou o montante de R\$163.688 com reserva de investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi constituído o montante de R\$1.623 com reserva de investimento passando o saldo desta para R\$86.240. (R\$248.305 em 31 de dezembro de 2016).

d) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>

	Valor por		Controladora
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar ("JCP")	ação	Data	e Consolidado
0.11			40.004
Saldo em 31 de dezembro de 2015			13.021
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015	R\$0,12711	18/01/2016	(8.218)
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de			
R\$5.544)	R\$0,08576	18/01/2016	(4.797)
Dividendos adicionais declarados referentes ao exercício de 2015	R\$0,24891	29/04/2016	16.094
Pagamento de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2015	R\$0,24891	31/05/2016	(16.092)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$15.219)	R\$0,23529	14/09/2016	13.083
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de			
R\$15.219)	R\$0,23529	29/09/2016	(13.081)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$30.437)	R\$0,23529	12/12/2016	`13.175 [′]
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2016 (valor bruto de			
R\$30.437)	R\$0,23529	28/12/2016	(13.175)
JCP declarados referentes ao exercício de 2016 (valor bruto de R\$30.437)	R\$0,23529	12/12/2016	`13.178 [′]
Saldo em 31 de dezembro de 2016			13.188
Pagamento de JCP referente ao exercício de 2016 (valor bruto de			
R\$30.437)	R\$0,23529	27/01/2017	(13.180)
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2017	R\$0,20000	08/11/2017	14.103
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2017	R\$0,20000	24/11/2017	(14.103)
r agamento de amachace reference de exercició de 2017		2.,,2011	(00)
Saldo em 31 de dezembro de 2017			8
Caldo dili di do dolonisio do Loti			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

d) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>--Continuação

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a destinação de parte do resultado do exercício do referido ano a título de dividendos adicionais no montante de R\$10.842, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia. A destinação para dividendos adicionais relativos ao exercício de 2016 foi aprovada dia 29 de abril de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária e liquidados em 12 de maio de 2017.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

d) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>--Continuação

A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral dos Acionistas, destinar o montante do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2017 27.687	31/12/2016 88.269
Lucro líquido do exercício atribuído aos proprietários da Controladora Constituição de reserva legal (5%)	(1.384)	(4.414)
Lucro líquido do exercício ajustado	26.303	83.855
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.576	20.964
Dividendos intercalares declarados referentes ao exercício	(14.103)	-
Juros sobre o capital próprio declarados referentes ao exercício		(45.656)
	(14.103)	(45.656)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio		6.219
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(14.103)	(39.437)
Dividendos adicionais propostos	(10.577)	(10.842)
Resumo das destinações:		
Reserva legal	1.384	4.414
Reserva para investimento	1.623	27.357
Dividendos e Juros sobre capital próprio	24.680	56.498
Lucro líquido do exercício	27.687	88.269

e) Outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta rubrica era devedor em R\$71.317 (devedor em R\$77.227 em 31 de dezembro de 2016). Esta variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, direta e indireta, diferentes do Real (Dólar e Euro).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

f) Participação de não controladores

_	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	11.429	12.470
Participações de não controladores decorrentes da aquisição da empresa Uram (vide Nota Explicativa nº 9)	-	971
Participações de não controladores decorrentes da aquisição da empresa Inemator (vide Nota Explicativa nº 9)		241
Participação no resultado do período Ajustes acumulados de conversão	71 194	126 (2.379)
Saldo no fim do período	11.694	11.429

17. Resultado por ação

A Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

<u> </u>	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação (em	27.687	88.269
lotes de mil)	68.352	64.674
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais)	0,40506	1,36483
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das operações continuadas Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das	0,40506	1,02828
operações descontinuadas	-	0,33655

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado por ação--Continuação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados.

18. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto, principalmente, por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e *gift cards*. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, *vouchers*, *tickets* e ingressos.

b) <u>Identificação</u>

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Informações por segmento--Continuação

c) <u>Telecom</u>

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as "raspadinhas", muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micropagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A Administração da Companhia monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado, principalmente, com base no lucro alocado por segmento, que compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Informações por segmento--Continuação

d) <u>Certificação digital</u>--Continuação

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

31/12/2017	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Receitas							
Clientes	631.022	501.934	359.391	82.127	-	-	1.574.474
Intersegmento	28.655	102	89.259	54	(118.070)	-	-
Total das receitas	659.677	502.036	448.650	82.181	(118.070)	-	1.574.474
Custos	(590.979)	(316.599)	(242.953)	(70.416)	-	_	(1.220.947)
Despesas de vendas	(39.884)	`(17.410)	`(50.497)	(7.330)	-	-	` (115.121)
Despesas administrativas	(31.427)	(33.129)	(19.988)	(3.570)	-	-	`(88.114)
Intersegmento	(28.655)	` (102)	(89.259)	(54)	118.070	-	` -
Outras despesas operacionais,	, ,	• •	` '	• •			
líguidas	-	-	-	-	-	(54.898)	(54.898)
Resultado de equivalência						, ,	` ,
patrimonial	-	-	(1.659)	-	-	-	(1.659)
Receitas (despesas) financeiras,			` ,				` ,
líguidas	-	-	-	-	-	(29.323)	(29.323)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(36.654)	(36.654)
Lucro líquido do período							27.758

31/12/2017	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Ativos operacionais	417.992	210.487	207.099	26.672	(26.472)	_	835.778
Clientes	109.500	106,757	147.826	15.655	(26.472)		353,266
Estoques	69.715	11.424	35.243	1.880	-	-	118.262
Imobilizado	238.777	92.306	24.030	9.137	-	-	364.250
Passivos operacionais	50.919	13.186	58.100	3.972	(26.472)		99.705
Fornecedores	50.919	13.186	58.100	3.972	(26.472)	-	99.705

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Informações por segmento--Continuação

d) <u>Certificação digital</u>--Continuação

31/12/2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
				<u></u> -			
Receitas	750.000	404 704	400 500	04.004			4 700 050
Clientes Intersegmento	758.209 10.918	461.791 215	439.526 135.489	64.324 2	(146.624)	_	1.723.850
mersegmento	10.910	213	100.409	2	(140.024)		
Total das receitas	769.127	462.006	575.015	64.326	(146.624)	-	1.723.850
Custos	(678.248)	(285.442)	(284.687)	(28.823)	_	_	(1.277.200)
Despesas de vendas	(38.434)	(24.978)	(74.707)	(25.817)	-	_	(163.936)
Despesas administrativas	(34.274)	(40.043)	(24.304)	(2.793)	_	-	(101.414)
Intersegmento	(10.918)	(215)	(135.489)	(2)	146.624	-	-
Outras despesas operacionais,							
líquidas	-	-	-	-	-	(68.104)	(68.104)
Receitas (despesas) financeiras,							
líquidas	-	-	-	-	-	(45.750)	(45.750)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(817)	(817)
Lucro líquido do exercício das							
operações continuadas							66.629
Resultado líquido do exercício							
proveniente das operações							
descontinuadas - Nota 10(i)	-	-	-	-	-	21.766	21.766
Lucro líquido do exercício							88.395
						0.11 ~	
	Maiaa da			O	Airrata a	Saldo não	
31/12/2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	alocados nos segmentos	Consolidado
5./12/2010	pagamento	idontinicação	. 0.000111	aigitai	ciiiiiiaçocs	oogciitos	Concondado
Ativos operacionais	451.591	186.104	204.147	27.958	(29.086)	-	840.714
Clientes	101.546	69.907	154.394	14.494	(29.086)	-	311.255
Estoques	86.608	13.615	26.228	2.548	-	-	128.999

As rubricas "Outras despesas operacionais, líquidas", "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" e "Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro" estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional.

102.582

12.530

12 530

23.525

64.022

64.022

10.916

2.460

2.460

(29.086)

(29.086)

400.460

106.027

263.437

56.101

56.101

Informações geográficas

Imobilizado

Passivos operacionais

Fornecedores

A Companhia e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia e Irlanda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Informações por segmento--Continuação

d) <u>Certificação digital</u>--Continuação

Informações geográficas--Continuação

Por não serem individualmente representativas, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA, Espanha, Argentina e Dinamarca estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	Receitas		Ativos não circulantes (*)		
Informações geográficas	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
No país sede da entidade - Brasil	866.895	863.072	74.159	288.643	
Nos Estados Unidos da América	368.186	419.101	305.166	319.324	
Na EMEA (**)	244.231	342.148	748.801	486.715	
Na Argentina	67.174	94.322	9.449	9.546	
Nos demais países estrangeiros	27.988	5.207	1.397	1.322	
Total	1.574.474	1.723.850	1.138.972	1.105.550	

^(*) Não contempla tributos diferidos.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), equivalente ao IFRS 8, a Administração da Companhia informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia e suas controladas.

19. Planos de benefícios de aposentadoria

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados localizados no Brasil de acordo com os grupos definidos na política interna do plano de previdência. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e suas controladas em fundos controlados por agentes fiduciários.

A Companhia contribui com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria, sendo a única obrigação da Companhia com relação ao plano de aposentadoria a de fazer tais contribuições.

^(**) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia e Indonésia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Planos de benefícios de aposentadoria--Continuação

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas reconheceram na demonstração de resultado do período na rubrica dos "Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais", os seguintes valores relacionados a benefícios:

	Contro	oladora	Consolidado		
Benefícios	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Plano de previdência privada	2.489	3.611	2.734	3.859	
Total	2.489	3.611	2.734	3.859	

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo das contas a receber, partes relacionadas e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3.217	3.217	88.343	88.343
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	162.588	162.588	208.514	208.514
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	739	739	17.454	17.454
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	137.239	137.239	376.519	376.519
Crédito com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	7.677	7.677	-	-
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	5.729	5.729	78.664	78.664
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	31.484	31.484	38.282	38.282
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	28.709	28.709	99.705	99.705
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	325.633	332.013	795.245	838.561
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	8	8	8	8

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	21.522	21.522	128.237	128.237
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	230.969	230.969	266.540	266.540
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	323	323	6.165	6.165
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	119.683	119.683	337.099	337.099
Crédito com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	403	403		
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	9.131	9.131	54.776	54.776
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	31.358	31.358	37.254	37.254
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	34.435	34.435	106.027	106.027
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	390.698	405.189	763.936	776.212
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	13.188	13.188	13.188	13.188

Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46/IFRS 13, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa, equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Hierarquia do valor justo--Continuação

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

		Contr	oladora	
		Valor de mercado	Outros impactos	Outros impactos
Descrição	31/12/2017	para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	162.588	-
Títulos e valores mobiliários		-	739	
Total dos ativos		-	163.327	-
		Contr	oladora	
	•	Valor de mercado	Outros impactos	Outros impactos
Descrição	31/12/2016	para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	significativos não observáveis (Nível 3)
		identification (ruiter 1)		
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	230.969	-
Títulos e valores mobiliários		-	323	
Total dos ativos	-	-	231.292	-
		Cons	olidado	
		Valor de mercado	Outros impactos	Outros impactos
Descrição	31/12/2017	para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	significativos não observáveis (Nível 3)
Descrição	01/12/2017	identious (Miver 1)	ODSCIVUVCIS (IVIVCI Z)	observavels (refer o)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	208.514	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.454	-
Total dos ativos	-	-	225.968	-
		Cons	olidado	
		Valor de mercado	Outros impactos	Outros impactos
Descrição	31/12/2016	para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	significativos não observáveis (Nível 3)
Descrição	31/12/2016	identicos (Niver 1)	observavers (Niver 2)	observaveis (Niver 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	266.540	-
Títulos e valores mobiliários	<u> </u>	-	6.165	-
Total dos ativos	-	-	272.705	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI. Para os empréstimos mais relevantes da Companhia o indexador atrelado é a taxa *Libor*.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e suas controladas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e suas controladas a uma estimativa de valorização do Real em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real, conforme descritas na Nota 2.6 (b). A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das controladas convertido para o real no fim do período do relatório e considerando uma desvalorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A valorização do real resultaria em uma redução no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

	31/1	2/2017	
Moeda	25%	50%	
Peso Argentino	6.414	12.828	
Peso Colombiano	504	1.009	
Peso Mexicano	1.252	2.504	
Peso Uruguaio	345	691	
Euro	113.054	226.108	
Dólar americano	106.534	213.068	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano ("Dólar") e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2017, em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$1.261 e R\$2.523 relacionado a esses saldos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido à solidez de tais clientes, a Administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber (Nota Explicativa nº 5).

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da Administração da Companhia, minimiza seus riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

			Contro	ladora		
_	Até	De 1 a	De 3 meses	De 1 ano	Mais de	
_	1 mês	3 meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	28.709	-	-	-	-	28.709
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.020	62.500	62.500	199.613	-	325.633
Total	29.729	62.500	62.500	199.613	-	354.342
_			Conso	lidado		
_	Até	De 1 a	De 3 meses	De 1 ano	Mais de	
_	1 mês	3 meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	99.705	_	-	-	-	99.705
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.317	72.578	172.782	543.568	-	795.245
Total	106.022	72.578	172.782	543.568	•	894.950

Análise de sensibilidade

A Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados: (i) à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e às aplicações financeiras. (ii) à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora, e (iii) à taxa Libor no que tange os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas através da subsidiária Valid USA e controlada direta Valid Espanha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI; já os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria nenhum benefício. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pelo BM&F Bovespa datado em 17 de Janeiro de 2018 foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 6,97%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data-base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora						
Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) Receita financeira bruta	162.588	CDI	6,97% 11.332	5,23% 8.503	3,49% 5.674	
	Consolida	ado				
	Saldo em		Cenário			
Operação	31/12/2017	Risco	provável	Cenário II	Cenário III	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) Receita financeira bruta	208.514	CDI	6,97% 14.533	5,23% 10.905	3,49% 7.277	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2017. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, alcançando o indexador de 7,68% para a quarta emissão, para a quinta emissão 109% e para sexta emissão 114,8% do CDI projetado alcançando o indexador de 7,60% e 8,00%, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data-base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (4ª emissão)	63.284	CDI	7,68%	9,42%	11,17%
Despesa financeira bruta	-	-	4.860	5.961	7.069
Operação	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (5ª emissão)	62.554	CDI	7,60%	9,50%	11,40%
Despesa financeira bruta	-	-	4.754	5.943	7.131
Operação	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (6ª emissão)	199.795	CDI	8,0%	10,0%	12,0%
Despesa financeira bruta	-	-	15.984	19.980	23.975

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Certificadora com o financiamento em 31 de dezembro de 2017. Foi considerada a taxa de 6,75% como TJLP projetada e divulgadas pelo BNDES em janeiro de 2018 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES Despesa financeira bruta	5.129	TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
	-	-	346	433	520

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Valid USA e Valid Espanha com os empréstimos em 31 de dezembro de 2017. Foi considerada 2,46% como Libor projetada e divulgadas pelo Terminal Bloomberg em 17 de Janeiro de 2018 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	112.288	Libor	2,46%	3,08%	3,69%
Despesa financeira bruta	-	-	2.762	3.458	4.143
<u>Operação</u>	Saldos em 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid Espanha	166.254	Libor	2,46%	3,08%	3,69%
Despesa financeira bruta	-	-	4.090	5.121	6.135

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2017, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia possuía são as seguintes:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	68.470
Riscos operacionais	979.881
Riscos diversos	170.632
Veículos	1.503
D&O - Responsabilidade civil executivos	48.156
E&O - Responsabilidade profissional	344.800
Fidelidade e crime	US\$11.500
Transporte de mercadorias-importação/exportação	11.616

22. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas de produtos Receita bruta de vendas de serviços	52.314 709.059	59.368 712.240	559.278 1.144.534	759.540 1.101.023
Total da receita bruta	761.373	771.608	1.703.812	1.860.563
Impostos sobre vendas Devoluções sobre vendas	(97.897) (5.739)	(98.346) (6.776)	(121.345) (7.993)	(122.642) (14.071)
Receita de vendas líquida	657.737	666.486	1.574.474	1.723.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento dos custos e despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Contro	oladora	Consc	olidado
Despesa por natureza	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mão de obra	162.644	158.175	359.857	384.660
Benefícios a empregados	59.702	68.998	83.161	95.293
Impostos e taxas	53.304	53.752	81.909	84.719
Arrendamento operacional	21.728	31.025	41.255	47.915
Depreciação e amortização	43.465	43.377	98.803	96.216
Material de consumo/matéria-prima	118.734	158.857	452.244	481.274
Servicos de terceiros	33.159	23.815	114.089	113.394
Manutenção	14.083	12.182	25.964	25.489
Utilidades e servicos	38.899	41.052	83.354	86.166
Comissões sobre vendas	7.463	8.720	16.769	38.340
Frete sobre vendas	10.974	10.830	20.607	23.933
Gerais e outros	32.591	32.473	46.170	65.151
	596.746	643.256	1.424.182	1.542.550
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	532.582	562.576	1.220.947	1.277.200
Despesas com vendas	32.853	38.964	115.121	163.936
Despesas gerais e administrativas	31.311	41.716	88.114	101.414
1 0	596.746	643.256	1.424.182	1.542.550

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora	ì	Consolidado	
-	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.645	15.980	19.289	27.886
Desreconhecimento de passivo financeiro (1)	8.800	-	8.800	-
Variação cambial e juros sobre mútuos	-	2.192	-	-
Variação cambial de empréstimos	-	-	28.397	-
Outras variações cambiais	1.375	1.615	17.042	23.930
Outras receitas financeiras	260	1.303	572	1.212
	25.080	21.090	74.100	53.028
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos e				
financiamentos	(38.220)	(46.408)	(59.441)	(63.568)
Variação cambial e juros sobre mútuos	-	(4.629)	-	(2.785)
Outras variações cambiais	(564)	(2.821)	(30.634)	(24.290)
Juros e variação cambial de empréstimos e leasing	(209)	(1.277)	(5.715)	(1.434)
Despesas bancárias	(1.071)	(1.751)	(5.307)	(5.191)
Outras despesas financeiras	(1.351)	(441)	(2.326)	(1.510)
	(41.415)	(57.327)	(103.423)	(98.778)
Total líquido	(16.335)	(36.237)	(29.323)	(45.750)

⁽¹⁾ Refere se ao fruto do processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R\$9.712 (Nota Explicativa nº 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receitas e despesas financeiras--Continuação

A variação cambial e juros sobre mútuos, no consolidado inerente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se aos ganhos e perdas derivados das flutuações das moedas dos contratos de mútuos firmados, quando estas estão indexadas em moeda diferente da moeda funcional das entidades.

A variação cambial tal rubrica no Consolidado inerente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está impactada principalmente pela atualização das contas a receber e a pagar atrelados a transações com moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Na rubrica de "Variação monetária de empréstimos" estão registradas as flutuações ativas e passivas decorrente dos empréstimos captados em dólares pela Valid Espanha.

25. Outras receitas (despesas) operacionais

As principais informações de registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão sendo apresentadas a seguir:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Despesas com reestruturação Outras despesas operacionais líquidas	(17.966) (2.033)	(14.777) (6.771)	(36.085) (18.813)	(34.008) (34.096)
Total de outras despesas operacionais	(19.999)	(21.548)	(54.898)	(68.104)

A Companhia e suas controladas decidiram realizar a consolidação de plantas nas regiões do Brasil e Estados Unidos da América, ambas em maio de 2016, através de um plano detalhado aprovado pela Administração, a Companhia e suas controladas realizaram a constituição de provisão para os gastos com reestruturações, com o objetivo de otimizar seus recursos, incrementar seu desempenho operacional e competitividade. Inclui as seguintes naturezas: mão de obra, provisão para desmobilização e outras pulverizadas.

Os desembolsos de recursos envolvendo estas consolidações ocorreram até o final de 2017. Em função das diferenças temporais tributárias nesta operação, foram constituídos a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que estão registrados, na Controladora e Consolidado conforme Nota Explicativa nº 6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Divulgações adicionais às demonstração dos fluxos de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
_	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado e intangível adquiridos e não pagos	2.831	1.895	4.565	3.628
Captação de leasing financeiro	-	12.045	-	22.232
Custo na venda da participação acionária	-	-	-	26.907
Capitalização Mútuo Valid USA	-	-	-	25.191
Capitalização Mútuo Espanha	-	39.600	-	39.600
Incorporação da controlada Trust	-	4.262	-	-
Capitalização Mútuo Argentina	-	478	-	478

b) Movimentação dos passivos das atividades de financiamento

As principais movimentações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing nas atividades de financiamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão sendo apresentadas a seguir:

		Controladora					
	Saldos em 31/12/2016	Provisões	Pagamentos (principal + juros)	Desreconhecimento de passivo financeiro	Transferências*	Saldos em 31/12/2017	
Passivos financeiros Debêntures	390.698	38.220	(103.284)	-	(1)	325.633	
Leasing	26.458	209	(6.371)	(8.800)	(9.711)	1.785	
Total	417.156	38.429	(109.655)	(8.800)	(9.712)	327.418	

^(*) Refere se a transferência para o grupo de fornecedores para pagamento do equipamento no processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R\$9.712 (Nota Explicativa nº 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

b) Movimentação das atividades de financiamentos—continuação

					Consolidado			
	Pagamentos Desreconhecimento							
	Saldos em 31/12/2016	Captações	Provisões	(principal + juros)	de passivo financeiro	Variação cambial	Transferências*	Saldos em 31/12/2017
Passivos financeiros								
Debêntures	390.698	-	38.220	(103.284)	-	-	(1)	325.633
Leasing	37.534	-	-	(9.388)	(8.800)	604	(9.711)	10.239
Empréstimos	361.398	330.416	20.504	(252.920)	` <u>-</u>	5.085	` <u>-</u>	464.483
Financiamentos	11.840	-	717	(7.428)	-	-	-	5.129
Total	801.470	330.416	59.441	(373.020)	(8.800)	5.689	(9.712)	805.484

^(*) Refere se a transferência para o grupo de fornecedores para pagamento do equipamento no processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R\$9.712 (Nota Explicativa nº 12).